

*Pedra
& Cal*

Conservação & Reabilitação

Financiamentos e Apoios na Reabilitação

Conservação do Património

Observatório Astronómico da Escola Politécnica

Entrevista

António Sampaio da Nóvoa

Reitor da Universidade de Lisboa

Artigo

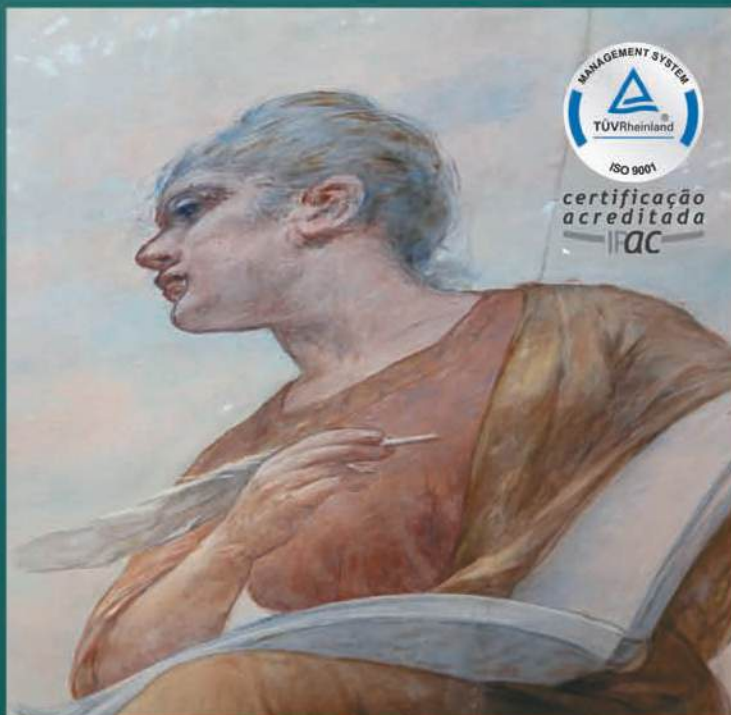
Mouraria

Requalificar o passado para construir o futuro



“Conhecer o **passado** para acautelar o **futuro**”

O Património merece!



A **AOF** é uma empresa familiar com mais de **50 anos de existência**, sempre ligada à **salvaguarda do Património**.

Ao longo dos tempos soube sempre adaptar-se às novas maneiras de entender a intervenção no Património, assimilando o “saber-fazer” nas técnicas tradicionais. Tem apostado, desde a sua fundação, na formação dos seus colaboradores.

Hoje possui um grupo técnico alargado e especializado, nas áreas de **conservação e restauro**, preparando o futuro.



AOF
augusto de oliveira ferreira & co lda

<http://www.aof.pt/>



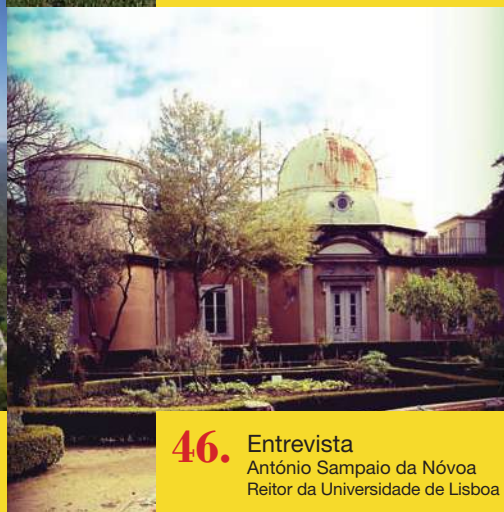
20. Igreja de São Vicente de Fora
Conservação da Fachada Norte



36. São Mamede de Valongo
Obras de conservação e restauro na Igreja Matriz



26. Parques de Sintra, Monte da Lua, SA.
A recuperação de património



46. Entrevista
António Sampaio da Nôvoa
Reitor da Universidade de Lisboa

Pedra & Cal

Conservação e Reabilitação

Nº 51 | Outubro | Novembro | Dezembro 2011

Pedra e Cal, Conservação e Reabilitação é reconhecida pelo Ministério da Cultura como "publicação" de manifesto interesse cultural", ao abrigo da Lei do Mecenato.

PROPRIETÁRIO



www.gecorpa.pt
info@gecorpa.pt

DIRECTOR | Carlos Freire

FUNDADOR/EDITOR

Vitor Córias
GECORPA

COORDENAÇÃO | Rita Pinheiro

CONSELHO EDITORIAL

Alexandra de Carvalho Antunes, André Teixeira, Catarina Valença Gonçalves, Cátia Teles e Marques, Fátima Fonseca, João Appleton, João Mascarenhas Mateus, Jorge Correia, José Aguiar, José Maria Amador, Luiz Oosterbeek, Maria Eunice Salavessa, Mário Mendonça de Oliveira, Miguel Brito Correia, Paulo Lourenço, Soraya Genin, Teresa de Campos Coelho.

SECRETARIADO | Elsa Fonseca

COLABORADORES

Alexandra Mendonça, André Lourenço e Silva, António Curto, António Lamas, António Jaime Martins, António Sampaio da Nôvoa, Carlos Bandola, Carlos José Abreu da Silva e Costa, Catarina Valença Gonçalves, Cristina Campos, Daniel Pais, Esmeralda Paupério, Gonçalo Simões, Isa Machado Lima, Joana Morão, João Carlos Santos, João Cordeiro, João Correia, João Paupério, João Varandas, José Alfredo Costa, José Aguiar, José Cornélio da Silva, Solange Gomes, Sónia Santiago Felgueiras, Victória Fernandes, Vitor Córias.

DESIGN & PAGINAÇÃO

Direcção de Arte | David Martins
dmartins@davidmartins.eu
Direcção Criativa | André Freire
andre.freire@somafre.pt

IMPRESSÃO | PRODUÇÃO

PROJECÇÃO – Arte Gráfica S.A. – www.projeccao.pt

PUBLICIDADE

Grupo SOMAFRE

CONTACTOS

www.gecorpa.pt
info@gecorpa.pt
Rua Ramalho Ortigão, N° 3, R/C Esq.
1070-228 Lisboa
TEL.: 213 542 336 | FAX: 213 157 996

DISTRIBUIÇÃO Vasp, S.A.

DEPÓSITO LEGAL 128444/00 | REGISTO NO ERC122549
| ISSN1645-4863

TIRAGEM MÉDIA 2500 Exemplares
PUBLICAÇÃO Trimestral

Os textos assinados são da exclusiva responsabilidade dos seus autores, pelo que as opiniões expressas podem não coincidir com as do GECORPA.

04 Editorial

Carlos Freire

05 Sócios apoiantes

06 Artigos de Opinião

António Curto
Catarina Valença Gonçalves
João Varandas

12 Reabilitação, Requalificação e Remodelação

Sede da Associação Industrial

14 Reabilitação da Casa de Valongo do Arquitecto João Andersen

17 PORTO VIVO

Programa VIV'a a BAIXA

18 Castelo de Noudar

A reconstrução da torre Sudoeste

22 Telha de Mansarda

Projectar ou reabilitar

24 Conservação e Restauro

Os Ciclos de Estudo na Universidade Portucalense (Porto)

28 MOURARIA

Requalificar o passado para construir o futuro

32 Novo PDM de Lisboa

Uma cidade para o futuro,
Uma cidade para as pessoas

34 Revisão do Enquadramento Legislativo da Reabilitação

38 Sistemas de Incentivo ao Investimento

40 Conservação e Restauro: Uma receita para a CRISE!?

44 Certificar para construir Confiança

50 Sistema de Qualificação para a Reabilitação do Edificado e do Património

52 Notícias

54 Vida Associativa

56 Leis do Património Alterações ao Código dos Contratos Públicos

57 Agenda

58 Livraria

59 Assinaturas

60 Associados GECORPA

62 Perspectivas



Financiamentos e Apoios na Reabilitação

Carlos Freire



actual conjuntura económica, apesar de gerar grandes dificuldades para todos nós e para as pequenas e médias empresas em particular, cria condições especiais para dinamizar a Reabilitação e Restauro das cidades, vilas e aldeias.

Vivemos um período da nossa história que nos leva a reflectir e que deve servir para nos unir, juntar sinergias e pensar na sustentabilidade económica, no relançar do emprego nesta área, na utilização de produtos nacionais, no potencial do incremento da procura turística e no reforço da auto-estima Nacional.

Portugal, com a sua localização privilegiada e com o fantástico clima que possui, poderá atrair milhares de pessoas que valorizem esta qualidade de vida mas, para isso, teremos de imprimir maior preocupação na reabilitação e manutenção do nosso património histórico, designadamente os monumentos nacionais, as cidades reconstruídas e reabilitadas, bem como melhorar as condições de actuação dos nossos agentes directos.

Parece haver indícios de que os governantes estarão a preparar legislação no sentido de melhorar os processos e de incentivar os promotores, as empresas e demais intervenientes na Reabilitação e Restauro a unirem esforços para recuperar os anos de atraso nesta área que deveria ser uma prioridade do País e que se torna agora numa prioridade estratégica de recomendação obrigatória da Troika.

O **GECORPA** continua e estará decerto disponível para dar um contributo importante na divulgação das boas práticas e na defesa da Nossa Identidade.

A alteração da designação de Grémio de Empresas de Conservação e Restauro

do Património Arquitectónico para somente Grémio do Património pretende a congregação de todos e vem permitir um alargar de objectivos.

Se partilha destes interesses e objectivos e pretende participar junte-se ao **GECORPA**.

É minha convicção que um dos factores mais importantes para a dinamização da Reabilitação é a colocação de milhares de pessoas que, desiludidas com a condição de desempregados, estariam dispostas a iniciar uma nova carreira profissional nesta área de tão “simples” formação pois temos excelentes mestres ainda disponíveis e que poderiam ser formadores realizando trabalhos em edifícios de organizações governamentais, organizações sem fins lucrativos, instituições de Solidariedade Social, etc.,.

A possibilidade de virem a ser compensadas, isentando-as de alguns impostos, as empresas cumpridoras e que partilhassem esta preocupação, disponibilizando o seu saber, seria outra medida importante.

O microcrédito bem estruturado possibilitaria também a formação de micro empresas nesta área que em muito ajudaria.

A formação de ACE(s) entre empresas permitindo a troca de experiências, seria certamente muito vantajoso para os donos de obra.

Por último, a valorização dos produtos nacionais, incorporando-os nesses trabalhos, permitiria relançar a nossa indústria e consequentemente melhorar a economia, o nosso nível de vida e desenvolver o país.

Estou certo que seria um caminho interessante a prosseguir e que é deste género de iniciativas que estamos carentes ■

Os sócios apoiantes são a base do GECORPA

O **GECORPA** manifesta o seu reconhecimento aos sócios apoiantes, cuja continuada dedicação tem permitido avançar na defesa da qualidade na conservação do património e na reabilitação das construções existentes.

As empresas apoiantes são divulgadas na *Pedra & Cal* e em www.gecorpa.pt

Torne-se sócio apoiante e conheça todas as vantagens, contactando o **GECORPA**.

Rua Ramalho Ortigão, N° 3, R/C Esq. 1070-228 Lisboa • TEL.: 213 542 336 | FAX: 213 157 996 • info@gecorpa.pt



**Reparação,
Consolidação
e Modificação
de Estruturas, S.A.**

STAP

Reparação, Consolidação e Modificação de Estruturas, S.A.

www.stap.pt • info@stap.pt

A Stap foi fundada em 1980 para se dedicar exclusivamente à reabilitação de construções e de estruturas, através da oferta de um conjunto de serviços visando a sua reparação, reforço, consolidação e modificação. Dada a importante componente tecnológica desses serviços, a empresa dotou-se de um Sistema de Gestão da Qualidade, segundo as normas ISO 9000, certificado desde 1999.

A Stap não desenvolve qualquer actividade na construção nova. A atenção da empresa centra-se totalmente nas construções existentes, que se propõe reabilitar, tornando-as aptas a servir melhor e durante mais tempo os seus utentes. Deste modo, a Stap contribui para uma melhor exploração do importante recurso económico que é o edificado e a infra-estrutura construída. Ao mesmo tempo, propõe-se contribuir para que não se façam tantas construções novas, poupando o ambiente, dado que a construção é uma das actividades com mais impacto sobre o património natural e a paisagem do país.



**Conservação
e Restauro
do Património
Arquitectónico, Lda.**

MONUMENTA

Conservação e Restauro do Património Arquitectónico, Lda.

www.monumenta.pt • monumenta@monumenta.pt



Tintas Robbialac S.A.

TINTAS ROBBIALAC, S.A.

www.robbialac.pt • robbialac@robbialac.pt

SOMAFRE®
CONSTRUÇÕES _ S.A.

SOMAFRE

Construções, S. A.

www.somafre.pt • mail@somafre.pt

**UMBELINO
MONTEIRO**
COBERTURAS PARA A VIDA

UMBELINO MONTEIRO, S.A.

www.umbelino.pt • geral@umbelino.pt



Microcrédito: uma pedrada no conformismo

António Curto | Engenheiro

O conceito de Microcrédito está intimamente ligado ao Prof. Muhammad Yunus e ao trabalho que desenvolveu no Bangladesh, onde tentou criar instrumentos que o ajudassem a superar a pobreza que o rodeava.

Como ele próprio afirma, foi a fome que assolou o seu país no pós-guerra da independência com o Paquistão, que o obrigou a largar os modelos macroeconómicos – que regeram o seu doutorado nos Estados Unidos e respondiam a longo prazo aos problemas da fome. E, desde então, tentou encontrar respostas objectivas e a curto prazo da pobreza que o cercava.

Obrigou-se a sair do “campus universitário” de Chittagong, onde nada faltava, para de uma maneira imediata e prática investigar formas de ajuda à população de uma aldeia vizinha – Jobra. O plano era simples e facilmente entendível – colocar as suas capacidades ao serviço da população da aldeia e, pelo menos, ser útil a uma pessoa por dia.

Constatou que a principal actividade das mulheres era o fabrico de cestos de bambu, cujo preço final era determinado pela mesma entidade que, também, exercia as funções de prestamista e concedia o crédito para a compra da matéria-prima (o bambu), com taxas de juro superiores a 10% por semana.

Chegou à conclusão que havia 42 pessoas dependentes dos prestamistas, cujo ciclo de produção de cestas de bambu – vital para a sobrevivência da comunidade – gerava necessariamente um ciclo de miséria e pobreza.

Acabou por concluir que ao libertar as pessoas do recurso aos prestamistas podia libertá-las desse ciclo de miséria ... Para isso apurou a necessidade de angariar U.S.\$27 – é verdade, 27 dólares para as 42 pessoas!

Pareceu-lhe um absurdo. Por uma quantia tão pequena, imediatamente se prontificou a emprestar, sendo útil a 42 pessoas. Iria permitir aumentar os parcos rendimentos das pessoas, com o mesmo esforço de trabalho. Porque não replicar a experiência

de uma forma mais alargada e, inclusive, para todo o País?

Aí começou uma nova jornada do Professor, que acabou por ser banqueiro. Pela história que nos conta o livro “O Banqueiro dos Pobres”, cuja leitura recomendo, a fundação do *Grameen Bank* não foi um caminho fácil. Mas foi com o banco que fundou em 1980, que em 2007 ganhou o Prémio Nobel da Paz.

O Bangladesh acabou por ser pequeno para a sua visão, e a experiência de Muhammad Yunus foi-se propagando pelo Mundo.

Em Portugal, um grupo de pessoas entusiasmado com a mensagem do “direito ao crédito”, como um direito semelhante a tantos outros vitais para a dignidade humana, como o direito à educação e à saúde, fundou em 1999 a Associação Nacional de Direito ao Crédito (ANDC) e deu início à actividade de microcrédito em Portugal, fechando protocolos com o Instituto de Emprego e Formação Profissional e com a “Nova Rede” do BCP.

Frequentemente, associa-se o microcrédito à dimensão do crédito e esquece-se da principal qualidade que lhe está subjacente – possibilitar a realização de um pequeno investimento, que permita ao microempreendedor gerar um excedente, de forma a liquidar os juros e capital do empréstimo, satisfazer as suas necessidades e consolidar o negócio.

Hoje, o Programa Nacional de Microcrédito, cuja coordenação foi entregue à Cooperativa António Sérgio para a Economia Social (CASES), tenta criar condições para a dinamização dum modelo auto sustentável e fraterno que, mesmo dentro das limitações orçamentais conhecidas, incentive o microempreendedorismo e, com dignidade, permita a qualquer desempregado poder dar um rumo diferente à sua vida■

Se a sua área é a Reabilitação...

Dez bons motivos

para se associar ao GECORPA

1 - Experiência

Contacto com outras empresas do segmento da reabilitação. Fórum para discussão dos problemas do sector. Ambiente favorável à excelência.

2 - Representatividade

Eficácia na defesa dos interesses comuns e capacidade de diálogo nas relações com as entidades oficiais, para melhor defesa da especificidade do sector. Definição de critérios de adjudicação mais adequados, colaboração com outros agentes no estabelecimento dos princípios a que devem obedecer as intervenções de conservação e restauro.

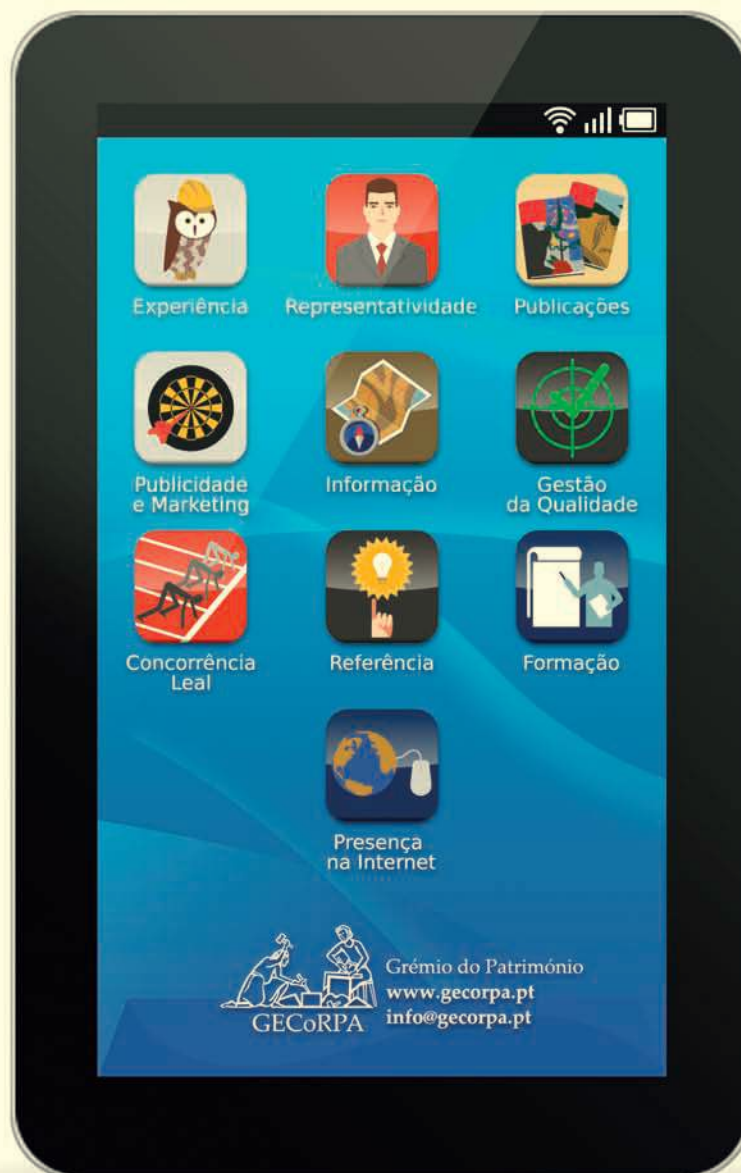
3 - Publicações

Revista *Pedra & Cal*. Desconto nas publicações vendidas na Livraria Virtual (a primeira em Portugal inteiramente vocacionada para os temas da reabilitação, conservação e restauro).

4 - Publicidade e Marketing

O GECORPA distingue as empresas associadas em todas as suas actividades: desde o sítio Internet e revista *Pedra & Cal*, até aos seminários e certames onde participa.

Condições vantajosas na publicidade da *Pedra & Cal*. Publicação de notícias, estudos de casos e experiências. Acesso a um conjunto de produtos de merchandising.



5 - Informação

Recolha e divulgação de informação técnica sobre o tema da reabilitação, conservação e restauro do edificado. Acesso a informação técnica e legislativa, bem como aos concursos públicos da área.

6 - Gestão da Qualidade

O GECORPA proporciona apoio à implementação de sistemas de gestão da qualidade e à certificação, e oferece condições vantajosas na aquisição de certificados digitais qualificados.

7 - Concorrência Leal

O GECORPA defende os associados contra a concorrência desleal de empresas sem as necessárias qualificações e de entidades indevidamente presentes no mercado.

8 - Referência

Muitos donos de obra procuram junto do GECORPA os seus fornecedores de serviços e produtos. Pertencer ao GECORPA constitui, desde logo, uma boa referência.

9 - Formação

Formação e aperfeiçoamento dos quadros dirigentes e do pessoal executante. Racionalização dos métodos de trabalho e da qualidade das relações humanas nas empresas. Oferta regular de seminários e acções de formação.

10 - Presença na Internet

Todos os associados estão representados na Internet, pelo menos através do sítio da associação. Construção e alojamento de sítios próprios de cada empresa associada. Bolsa de Emprego on-line dedicada ao segmento da reabilitação do edificado e da conservação e restauro do património arquitectónico.



Da Reabilitação Urbana ao Património Sustentável

Catarina Valença Gonçalves * | Directora-Geral da Spira, Investigadora da FCSH-UNL

A face mais tangível da salvaguarda patrimonial é a reabilitação: porque toca ao comum dos mortais no conforto do seu próprio dia-a-dia, na generalidade dos casos; mas, também, tocando a cada um, toca a todos em simultâneo pela sua dimensão de identidade colectiva, de um espaço, de uma rua, de um bairro, de uma cidade.

Há cerca de 15 anos atrás, quando o **GECORPA** nasceu, defender a reabilitação urbana em Portugal era pregar no deserto: vivíamos ainda (mesmo que sem substância, na realidade) tempos de ostentação que, nas sociedades menos maduras como era a do nosso país à época, se traduzem inevitavelmente pela tentação do “novo”. Construir surge como sinónimo de poder, de marca imposta ao território, sobre tudo e sobre todos e, eventualmente mesmo, sobre todos os poderes que se ergueram anteriormente.

Numa sociedade mais madura, tranquila, pacificada com as suas insuficiências e grata das suas capacidades, as heranças, as anteriores manifestações de poder – particularmente marcantes quando são manifestações arquitectónicas – não assustam: são antes vistas como uma propriedade colectiva, um orgulho, uma componente indissociável da sua identidade e, consequentemente, da sua capacidade distintiva.

Depois de sermos modernos, podemos ser nós mesmos, parece ser a conclusão dos tempos actuais. Mas a força desta revolução identitária, está justamente no facto de querermos ser nós mesmos.

Um dos melhores exemplos desta revolução identitária são os *graffitis* que podemos ver na Av. Fontes Pereira de Melo em Lisboa. Quer se seja a favor deste tipo de manifestação artística em prédios de

qualidade arquitectónica há muito devolutos e sem expectativas de recuperação num breve trecho, quer se seja contra esta prática por não trazer nova utilização aos espaços que se querem preservar, certo é que, com esta experiência, assistimos a uma mudança de paradigma significativa do ponto de vista da “propriedade” deste tipo de bem.

Por um lado, a intervenção que é levada a cabo consiste numa criação artística que não anula a anterior sobre a qual se apoia – reconhece o valor do precedente e procura acrescentar-lhe um novo. Por outro lado, há uma reversibilidade na própria nova intervenção criando, apenas momentaneamente se assim for o desejado, uma segunda pele patrimonial – porque mais do que deixar uma marca eterna, a nossa obrigação é criar uma interpretação do património; e, por fim, repare-se na visibilidade da acção levada a cabo, directamente decorrente dos dois pontos anteriormente frisados: todos opinaram sobre a nova face daqueles prédios, quer os que assistiram às obras ao longo de cerca de uma semana, “ao vivo e a cores”, partilhando técnicas de execução de uma pintura desta natureza com o transeunte mais incauto; quer os que, posteriormente, pararam e viram (viram e não olharam apenas) aqueles prédios que, afinal, sempre estiveram ali.

A natureza da arte escolhida – arte urbana – pelo seu carácter *out of stream* tem uma particular importância neste caso: evidencia-se que todos podem intervir na protecção e divulgação do património.

E voltamos então ao princípio: há património que não vemos e com o qual nos cruzamos diariamente. Um património que é de todos e sobre o qual todos devem opinar e lutar por. As intervenções projectadas podem revestir-se de muitos

formatos que respeitem o que chegou até nós mas permitam igualmente a criação de uma nova e inspiradora linguagem.

Queremos acreditar que esta revolução silenciosa e lenta que se opera na nossa sociedade relativamente ao património urbano – porque próximo dos interesses mais imediatos da população – é o trampolim para a verdadeira e profunda revolução social relativamente à protecção e valorização patrimonial, *lato sensu*.

Passaremos assim, talvez, em menos dos cerca de 15 anos de vida do **GECORPA**, de uma bandeira de reabilitação urbana para uma bandeira de património sustentável, o património que está definitivamente integrado num ciclo virtuosamente vicioso onde todos se sentem proprietários destes bens herdados, e onde não agir deixa de ser uma possibilidade■



Historiadora da Arte e Directora-geral da Spira – Revitalização Patrimonial Lda., empresa especializada na concepção e operacionalização de projectos culturais ancorados em património edificado. É ainda Investigadora Integrada do Instituto de História da Arte da FCSH-UNL. É membro dos órgãos sociais da SEDES (2010-2012).



1



Conservação
e Restauro
do Património
Arquitectónico, Lda.



4



2



3



5

É hoje patente que a conservação e o restauro do património arquitectónico não podem ser abordados pelos métodos correntes da construção civil, antes constituem uma área de especialização bem identificada e fazem apelo a uma postura radicalmente diferente.

A Monumenta assume-se como empresa vocacionada para a execução de intervenções no edificado antigo, e, em particular, no Património Arquitectónico. A sua vocação apoia-se no conhecimento das construções antigas e no domínio das tecnologias e materiais quer tradicionais, quer resultantes da inovação.

Tirando partido do saber-fazer dos seus operários e da elevada especialização dos seus quadros, a Monumenta está em condições de executar, em obra, intervenções de natureza construtiva e estrutural, privilegiando técnicas pouco intrusivas, como:

- Instalação de dispositivos destinados a melhorar as ligações entre elementos estruturais;
- Execução de rebocos estruturais;
- Reforço de alvenarias por confinamento;
- Execução de tirantes de diversos tipos;
- Refechamento de juntas em paramentos de alvenaria de pedra;
- Reparação selectiva de elementos estruturais de madeira;
- Reforço de fundações;
- Limpeza e tratamento de superfícies de pedra;
- Reintegração, consolidação e reforço de cantarias;
- Conservação e restauro do património integrado.

Fotografias:

1, 2 - Instalação de dispositivo de melhoria da ligação piso-parede

3, 4 - Injecção de pregagens de manga flexível para fixação de ancoragem de tirante

5 - Preparação dos trabalhos de injecção de pregagens de manga flexível



Mercado do Arrendamento: A qualidade nas intervensões é crucial

João Varandas | Strutt Património, Lda.

As dificuldades de financiamento para a aquisição de habitação dinamizam presentemente o mercado de arrendamento, abrangendo este grande parte das intervenções que se realizam nos imóveis.

Existe uma grande procura de habitações para arrendar e cada vez mais investidores equacionam este modelo de negócio para rentabilização dos seus investimentos.

Devido à prática errada de se investir o menos possível com o objectivo de se ter um retorno maior e imediato, e aproveitando a escassez de oferta de imóveis para arrendamento, tudo o que se faz de melhor e de pior, acaba por ter escoamento no mercado. Com a continuação desta prática, assiste-se muitas das vezes à degradação da qualidade das intervenções e à consequente descaracterização do parque habitacional reabilitado.

Este novo investidor, não sendo especializado na matéria, não identifica com facilidade as valências que as habitações apresentam, principalmente aquelas localizadas em centros urbanos ou históricos, ou casas unifamiliares periféricas, construídas antes da utilização massificada dos materiais correntes de construção.

O resultado acaba por ser desastroso. E exemplos não faltam:

Destroem-se pavimentos em madeira ou revestem-se de novos “flutuantes” de qualidade muito inferior;

Removem-se revestimentos únicos que integrados de forma correcta e adequadamente complementados nas zonas degradadas dariam outra vida à habitação;

Caixilharias em madeira são removidas para serem substituídas por alumínio (ou por vezes uma solução um pouco melhor: caixilharia plástica) sem sequer equacionar a possibilidade de adaptar as mesmas para receber vidro duplo;

Portadas interiores em madeira, que dignificam inequivocamente o ambiente interior de uma habitação, são suprimidas por estores/persianas plásticas exteriores de baixo custo e fácil manutenção;

Tectos ornamentados em estuque, que admitindo em certos casos não estarem adequados ao gosto contemporâneo, são imediatamente revestidos por tecto falso em gesso cartonado, por vezes reduzindo drasticamente o pé-direito das habitações devido à altura das sancas igualmente trabalhadas, tudo isto sem que se equacione qual o valor do trabalho de um estucador na rectificação dos ornamentos ou alisamento de superfícies menos interessantes;

Portas interiores em madeira que por vezes pelo simples facto de possuírem vidro embutido ou dimensões indesejadas, são substituídas por portas simples alveoladas de qualidade reduzida, perdendo-se igualmente as respectivas ferragens, sem dúvida mais interessantes que as que acompanham as novas peças de baixo custo.

Quando se equaciona este modelo de negócio é de imediato e infelizmente colocado de parte qualquer melhoria que se possa aplicar no âmbito do comportamento

energético do imóvel, cujo retorno é unicamente visível na factura mensal dos futuros arrendatários, e dificilmente por estes (não especialistas) quantificável. Prevalecem outros pontos na escolha dos imóveis e mesmo quando identificadas as deficiências no comportamento das habitações, os arrendatários possuem pouco poder para mudar as existências ou optar por alternativas mais bem conseguidas.

Não é mais oneroso ou mais difícil fazer bem, é sim necessário uma maior receptividade por parte dos intervenientes à diferença do que presentemente é considerado aceitável. É de extrema importância melhorar a qualidade das intervenções. É indiscutivelmente mais satisfatório o acto de habitar numa casa com a qual o utente se identifique, seja própria ou arrendada. Mas para essa realidade ser possível, ou mais acessível, é necessário sensibilizar e mudar o comportamento de todos, sejam investidores, mediadores, proprietários ou arrendatários, pois só com a dinâmica de conjunto se conseguem resultados■



CS TELHAS

DESDE 1927

Novas soluções vocacionadas para a **reabilitação** de coberturas

I.

D3

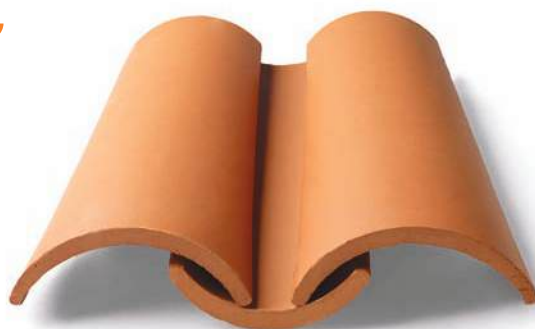


“Dotada de um sistema de encaixe extraordinariamente flexível para se **adaptar a ripados com diferenciais entre 35 e 39 cm.**”

II.

Canudo

“Reproduzida a partir da histórica telha curva, a Telha Canudo CS **combina a beleza do passado com as exigências funcionais do presente.**”



III.

Beirado 65



“Estimulado pela reabilitação urbana, o **beirado 65 proporciona até 36 cm de saliência**, situação comum em edificações antigas.”

Na imagem:
(em vermelho natural) conjunto de **Canto de Beirado 65** - 11 peças, **Capa 65** e **Bica 65**; (em cinza) **Capa 40** e **Bica 40**.



CS - Coelho da Silva
Albergaria, 2480-071 Juncal, Portugal

+351. 244 479 200
www.cs-telhas.pt · info@cs-coelhodasilva.pt



Reabilitação, Requalificação e Remodelação

Carlos Bandola | Engenheiro

carlos.bandola@somafre.pt

Daniel Pais | Arquitecto

daniel.pais@somafre.pt

Tendo presente no dia-a-dia os temas económico e financeiro que dominam a actualidade e os desafios a que estamos submetidos, temos porém a certeza da responsabilidade de acrescentar valor, prosperar e caminhar para um futuro sustentável. A Somafre Construções, S.A. encontra-se motivada a dar o seu contributo com o que melhor sabe fazer, ao longo dos seus 20 anos de experiência.



Somafre foi colocado o desafio de adaptar zonas específicas de um edifício existente e parcialmente desocupado a novas estruturas organizacionais. Tratou-se de reabilitar/remodelar o edifício de escritórios pertencente à Associação Industrial Portuguesa em Lisboa (sede). Em primeiro lugar, e como prática corrente, foi alvo de um cuidadoso levantamento das necessidades organizacionais actuais e futuras do cliente, conjuntamente com a DGAS – Direcção de Gestão de Activos e Serviços de apoio ao cliente. Foram assim desenvolvidas várias soluções, até se encontrar a mais adequada, resultando uma proposta de concepção/construção, onde se procurou explorar a possibilidade de conferir uma linguagem mais contemporânea, mas sem com isto perder a identidade do edifício em questão e dos outros espaços existentes. Tratou-se



1 2

sobretudo de uma intervenção no interior. De seguida, no Departamento de Produção da Somafre, realizam-se os trabalhos de diagnóstico e identificação de patologias do edifício, que dariam substância à proposta final. Da conjugação da informação obtida, com as infra-estruturas eficientes e capazes de suprir as necessidades identificadas no levantamento, resultou um projecto que – pelas soluções e materiais adoptados – conseguiu criar um cenário de poupança a curto-médio prazo.

Dos trabalhos de concepção/construção – atrás anunciados e desenvolvidos por uma equipa multidisciplinar – é de destacar os principais aspectos do aproveitamento espacial, reforço estrutural, reabilitação acústica, correcção térmica e revestimentos.

Descrição da intervenção

A intervenção iniciou-se com o reforço dos pisos existentes, desde a sua fundação, melhorando o seu comportamento sísmico e corrigindo algumas patologias da construção.

O aproveitamento e distribuição dos espaços corresponderam ao programa apresentado, eliminando as barreiras arquitectónicas e promovendo a acessibilidade de pessoas, com mobilidade especial.

Tendo em conta os problemas de condicionamento, foi realizada no edifício

uma reabilitação acústica – associada ao deficiente isolamento aos sons aéreos e de percussão –, utilizando materiais e métodos que permitem a manutenção das funcionalidades do edifício sem prejuízo da área útil.

Ao nível térmico, e tendo em conta a orientação das salas em função da sua utilização, foi feita uma correcção nas paredes exteriores e cobertura, com a manutenção do aspecto e resistência – minimizando a dependência do ar condicionado.

As paredes interiores foram executadas em estrutura de aço galvanizado e placas de gesso cartonado, com isolamento acústico e revestidas com tela de fibra de vidro; os pavimentos das zonas comuns, em pedra lioz, e, dos escritórios, em alcatifa ou vinílico. Já os tectos foram executados em perfis de aço galvanizado e placas de gesso cartonado.

Conclusão

Tendo em conta o volume de trabalho e área abrangida, a intervenção de concepção/construção foi realizada num curto período de seis meses, o que obrigou a um elevado ritmo, aliando o saber-fazer, à escolha das melhores práticas e materiais, além de uma gestão rigorosa.

Como linha orientadora optou-se, sempre que possível, por materiais e tecnologias testados pelo histórico da nossa

construção, que oferece garantias quanto ao seu comportamento e rendimento. O projecto e a construção incorporaram soluções e materiais de elevado rendimento; a instalação eléctrica dotada de equipamentos de baixo consumo e programáveis para reduzir os consumos; a rede de abastecimento de água, com rotulagem dos dispositivos de utilização A+, numa perspectiva de reduzir os custos energéticos e de manutenção.

Mais uma vez, foi dada oportunidade a uma empresa com reconhecida afirmação no mercado de dar resposta a necessidades muito específicas ao nível da reabilitação e requalificação de um imóvel, no pressuposto de prolongar no tempo a utilização de edifícios, que nos chegam do passado e que se querem úteis e dignos na sua função para o futuro■

1 | Entrada - Edifício Sede da Associação Industrial Portuguesa

2 | Hall de entrada/escadaria - Edifício Sede da Associação Industrial Portuguesa

Reabilitação da Casa de Valongo do Arq. João Andresen

João Carlos Santos | Arquitecto - Diogo Barbot & C.^a, Lda.

João Paupério | Doutorando - Diogo Barbot & C.^a Lda

Esmeralda Paupério | Engenheira - Instituto da Construção - FEUP

Construída entre 1950-53, a casa de Valongo do Arq. João Andresen destinava-se a habitação familiar, composta pelo casal e 4 filhos*, tendo sido projectada de acordo com as vistas e orientação solar.

* "Na distribuição das dependências o arquitecto procurou articular as várias zonas da habitação atendendo às condições de orientação e às vistas."
(in Revista Arquitectura n.º 49)

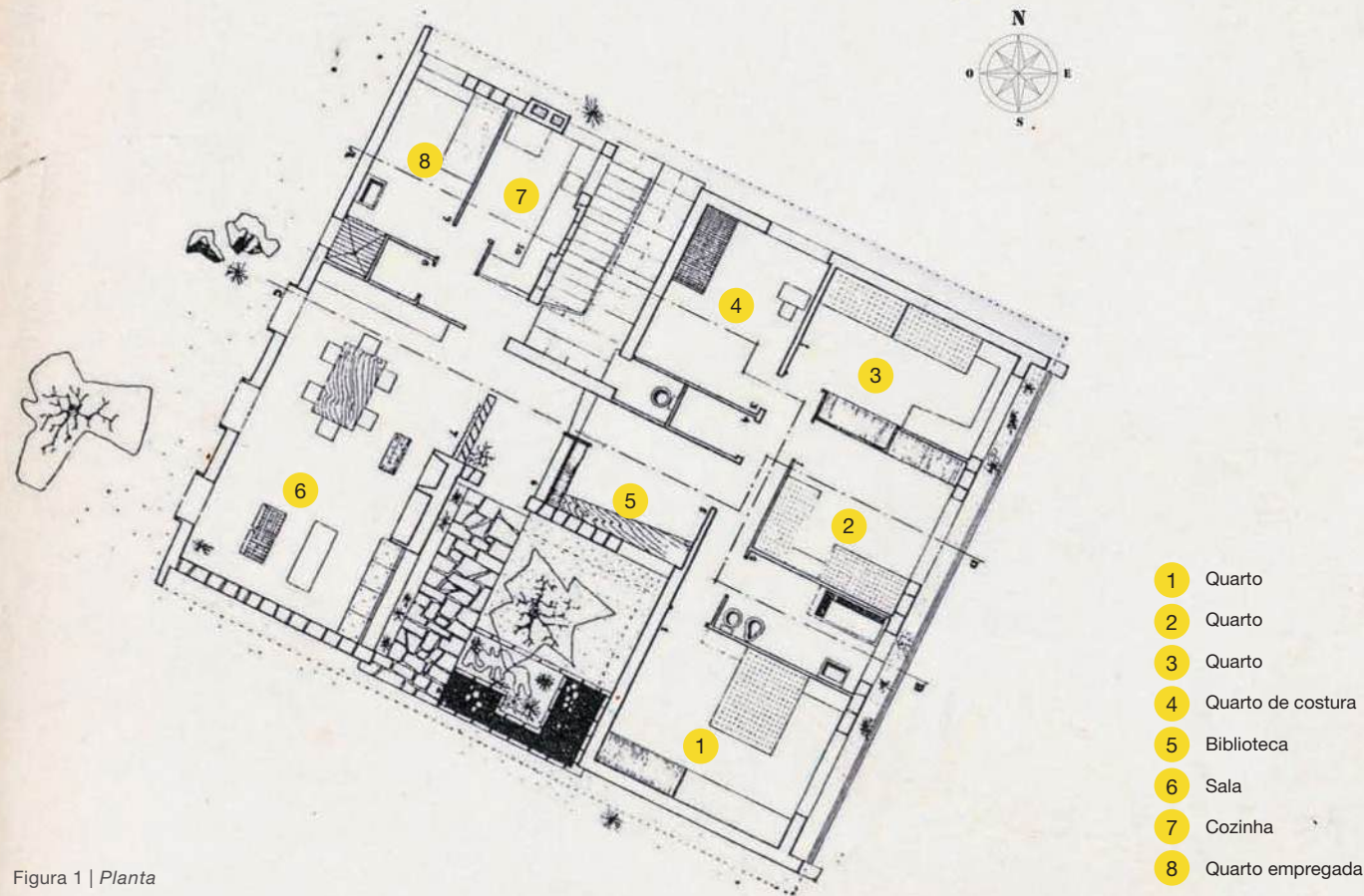


Figura 1 | Planta



2 3

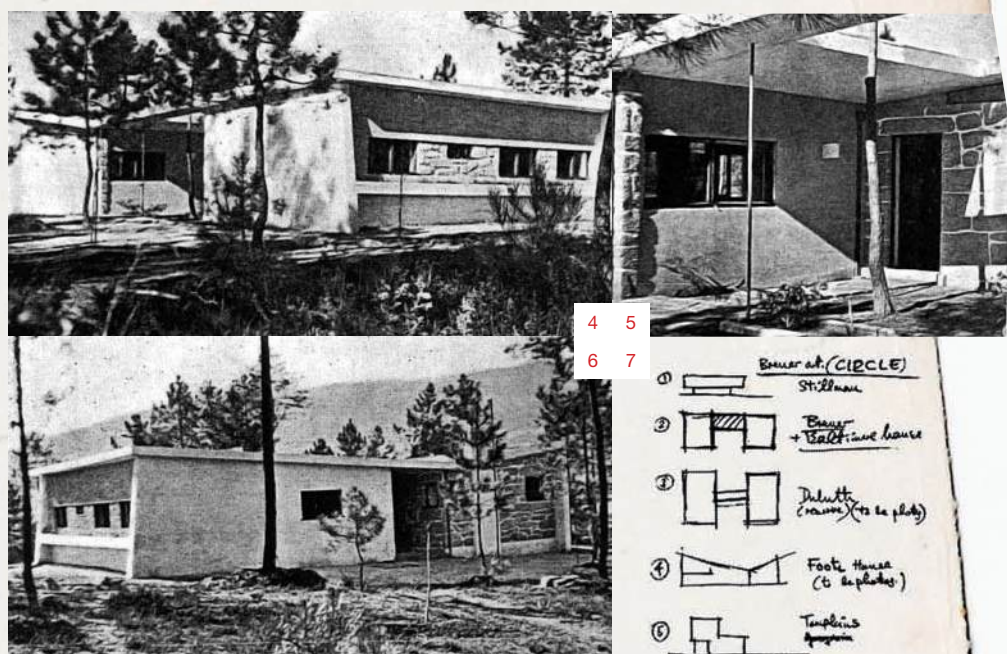
Referência à Arquitectura Americana

A fachada principal a Sudeste (SE), com maior exposição solar, é cega nas empenas existentes no plano da fachada, tendo unicamente aberturas nas empenas lateral e recuada, que conformam o pátio interior (fig. 4 e 5) de acesso à habitação (fig. 1 a 3).

A fachada, onde se situam os quartos de dormir (fig. 4), com orientação Nordeste (NE), é, durante a manhã, bem iluminada por luz natural. Já as aberturas da sala a Sudoeste (SO) permitem uma boa iluminação e maior exposição solar ao final da tarde – no Verão traz vantagens significativas. No corredor de acesso aos quartos, uma abertura zenital a SO oferece a esta zona iluminação solar ao final da tarde. A zona da cozinha e do quarto de costura possuem orientação Noroeste (NO) (fig. 6). Nesta casa, João Andresen deixa transparecer as referências directas à “arquitetura americana, particularmente a obra de Marcel Breuer (1902-81) e a sua experiência de organização do espaço habitacional entre áreas de dia e de noite, articuladas por outras de transição, num dispositivo espacial conhecido como casa binuclear.” (in Colóquio Internacional Januário Godinho, Porto FAUP – 2010) (fig. 7)

Reabilitação e os seus Desafios

No Verão, a exposição solar *versus* posicionamento das aberturas contribuem para uma boa climatização da habitação. A envoltória arborizada é uma mais-valia nesta climatização. No entanto, estes mesmos factores que contribuem para uma boa climatização no Verão, associados à construção das paredes em perpiano de granito, são preponderantes para o seu desconforto no Inverno. Apesar da introdução de aquecimento na casa, as condições de conforto térmico dificilmente eram atingidas no Inverno e, inclusive, implicavam gastos consideráveis no aquecimento.



Actualmente, a casa ainda mantém a função de habitação. Além da introdução do aquecimento central, o interior foi alvo de remodelação, nomeadamente a cozinha e casas de banho.

Com objectivo de melhorar as condições do comportamento térmico da habitação durante o Inverno, foi adoptada uma solução de isolamento térmico no exterior da casa – sendo cuidada de modo a preservar a harmonia e o equilíbrio arquitectónico da habitação (fig. 8 e 9).

A solução consistiu na aplicação do Sistema Barbotherm da Barbot que, além de possuir certificação do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, foi a que apresentou melhores condições de apoio técnico para a execução da obra. Por condicionantes de arquitectura, as espessuras do isolamento aplicado foram variadas (entre 2cm, 3cm e 4cm), dependendo destas, naturalmente, a menor ou maior eficácia do isolamento térmico.

2 | Corte A-B

3 | Corte CD

4 | Fachadas SE e NE
(Fotografia de 1950)

5 | Pátio interior da fachada SE
(Fotografia de 1950)

6 | Fachadas NE e NO (Fotografia de 1950)

7 | Desenho de Breuer publicado em
Sun and Shadow. The Philosophy of an
Architect, 1955



8



9



10



11

Ao nível arquitectónico, o maior desafio consistiu na maior aplicação possível de espessura de isolamento, minimizando o impacto sobre as proporções arquitectónicas do edifício. Assim, foram definidas por fachadas (ou zonas de fachadas) as espessuras passíveis de serem aplicadas. Como princípio de intervenção pretendeu-se não desvirtuar o projecto inicial, mantendo-se as paredes de pedra à vista. Juntamente com as paredes rebocadas, formam um diálogo harmonioso. Em alguns locais, com saliências verticais tipo contrafortes, foi necessário cortar 4,5cm à pedra de granito, para que o aumento da espessura introduzida pelos 4cm de isolamento e os 0,5cm de revestimento não se traduzisse numa alteração das

proporções destes elementos salientes (fig.10) e, consequentemente, das proporções do edifício. Na fachada NE (zona dos quartos), onde a zona central de alinhamento das janelas é executada em granito à vista, optou-se pela colocação de isolamento só na zona rebocada, sendo a variação da espessura (entre a transição de parede de granito/parede rebocada) absorvida pelo ressalto que já existia (fig. 9). Na zona das paredes do pátio interior, cuja cobertura possui uma abertura quadrangular, foi necessário remover o reboco existente e efectuar um isolamento de apenas 3cm de forma a se manterem as proporções e os remates existentes, entre as paredes rebocadas e as de granito à vista (fig. 11).

Retoma à imagem original, sem abdicar das comodidades actuais

Após a aplicação do isolamento, foram escolhidas para o acabamento final as cores que se julgavam serem as originais: o verde e o branco. Originalmente, a casa possuía a cor verde nas fachadas recuadas do plano principal e na fachada Poente (SO), e a cor branca nas restantes fachadas. Também, as juntas da parede de granito eram pintadas de branco. A cor verde foi reproduzida através do registo de cor existente no reboco e por baixo de duas camadas de tinta posteriores à original (fig. 12). Por opção arquitectónica, apenas a parede recuada a NE foi pintada a verde, a cor original. Os candeeiros de iluminação, que se situam junto às duas portas, integrando as próprias fachadas, foram electrificados: devolvendo-se-lhes a sua função.

Após esta intervenção, a casa de Valongo retomou assim a sua imagem original, com adaptações adequadas às condições de conforto térmico exigidas actualmente ■



12



13



14

8 | Colocação do isolamento Barbotherm e fixação por pontos

9 | Colocação do isolamento Barbotherm em zonas de transição granito/reboco

10 | Corte de 4,5 cm de pedra em elementos salientes para colocação de 4,5 cm de isolamento e revestimento

11 | Para manter a leitura zona rebocada/granito foi necessário remover o reboco desta parede e colocar um isolamento de apenas 3cm

12, 13, 14 | Imagem actual da casa

PORTO VIVO

Programa VIV'a a BAIXA

SAIBA COMO PODE REABILITAR EDIFÍCIOS NA BAIXA PORTUENSE



Porto Vivo, SRU criou, e tem vindo a gerir, o Programa VIV'a BAIXA que visa contribuir para a dinamização de operações de Reabilitação Urbana de prédios e fogos implantados na Zona de Intervenção Prioritária (ZIP) definida pela Porto Vivo, SRU.

São Beneficiários deste programa os Proprietários, Usufrutuários, Senhorios e Arrendatários de edifícios localizados na Zona de Intervenção Prioritária que procedam a obras de Reabilitação Urbana. Este Programa tem como Objectivo:

:: Permitir aos beneficiários do Programa a aquisição a custos reduzidos, aos Parceiros constantes da lista oficial do Programa, de serviços, equipamentos, componentes e materiais de construção civil a utilizar na reabilitação de edifícios;

:: Promover a redução das taxas de licenciamento e a agilização de procedimentos que contribuam para a realização de obras de reabilitação do edificado■



Saiba mais informações na loja da Reabilitação Urbana

Rua Mouzinho da Silveira, N° 208 a 214 - 4050-417 Porto

Tel.: 222 072 700 / Fax: 222 072 709

E-mail: sru.loja@cm-porto.pt

Horário: Segunda a Sexta-feira – 9h-13h/14h-18h

WWW.PORTOVIVOSRU.PT

Castelo de Noudar

A reconstrução da torre sudoeste

André Lourenço e Silva | Engenheiro Civil, Construtora Vila Franca Lda.

João Cordeiro | Arquitecto, C.M. Barrancos



No ponto mais oriental do Distrito de Beja, junto à fronteira com a província espanhola de Badajoz, impõe-se o Castelo de Noudar, situado no antigo povoado de Noudar, no extremo norte do concelho de Barrancos.

Foi erigido com o objectivo de reforçar a defesa da fronteira das ameaças de Castela. Em 1295, D. Dinis passou Carta de Foral à vila, cujos domínios foram mais tarde (1303) doados à Ordem de Avis, com a condição de reconstruir o castelo. A actual arquitectura da fortaleza deve-se em grande parte aos restauros efectuados por esta nova ordem cristã.

Na realidade, o Castelo de Noudar trata-se de uma fortaleza militar acompanhada de uma vila amuralhada. O seu espaço é dividido em duas áreas, a civil e a militar. Ao centro ergueu-se a torre de menagem. Ao Sul, desenvolveu-se a cidadela e, ao Norte, a vila civil. As muralhas eram ainda defendidas por um conjunto de doze torreões e dois cubelos e, no exterior, por uma barbacã.

Opções estratégicas

No início do projecto, evidenciaram-se muitos problemas, como a desagregação do núcleo, a fissuração e humidade profunda existente nas alvenarias remanescentes, além de outras questões ligadas ao desligamento das alvenarias do núcleo e ao enraizamento de arbustos entre as juntas das pedras de fundação.

Após uma análise aprofundada, a equipa projectista decidiu manter a Torre fiel à quente e dura imagem da alvenaria de xisto da muralha vizinha, sendo que esta Torre não é medieval mas, sim, contemporânea, construída entre o final do séc. XX e o início do séc. XXI.

Os trabalhos de intervenção na recuperação da Torre Sudoeste (a consolidação das superfícies e elementos originais) visaram prolongar a vida do monumento. Neste sentido optou-se pela utilização exclusiva de materiais tradicionais (terra em granulometrias apropriadas às diferentes acções; cal e xisto da região) e de técnicas construtivas compatíveis com as estruturas existentes. Com isto, foi possível obter resultados de compatibilidade e cumprir aspectos formais de similar aparência estética, reaproveitando materiais resultantes do desmonte da torre em ruína e de antigos derrubes.

Acções de intervenção

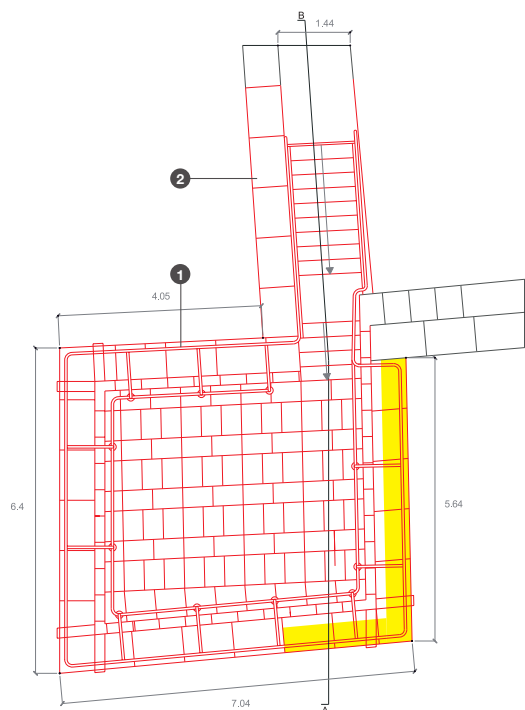
No âmbito da intervenção, desenvolveram-se várias acções, nomeadamente o desmonte dos panos de alvenaria remanescentes em desagregação (ou “instabilizados”) e a

1 | Castelo de Noudar - Torre Sudoeste. Vista antes dos trabalhos.

2 | Castelo de Noudar - Torre Sudoeste. Vista depois dos trabalhos.

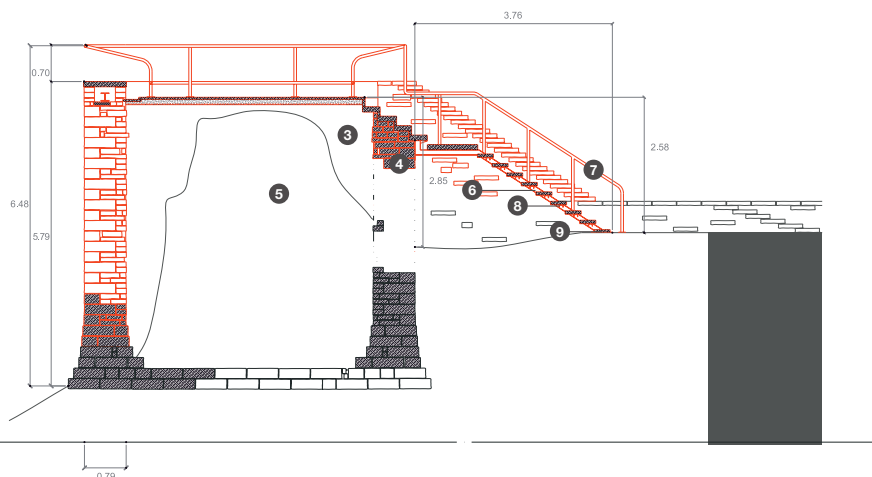
Castelo de Noudar - A reconstrução da torre sudoeste

Planta



- A demolir
- A reconstruir
- A manter

Corte AB



- Guarda em tubo de aço de Ø 50 mm (A construir pelas oficinas da Câmara Municipal de Barrancos)
- Escada com estrutura em perfis metálicos - a detalhar para execução (A construir pelas oficinas da Câmara Municipal de Barrancos)
- Repreenchimento com tijolos de adobe
- Alvenaria de pedra de xisto aparelhada - espessura mínima das pedras 6 cm. Execução de embricamentos e colocação, a espaços regulares, de pedras de perpeanho
- Manutenção de 2/3 da altura do núcleo em terra compactada com adição de cal
- Estrutura em perfil HEA 100 (a detalhar)
- Corrimão em aço galvanizado. Pintado com tintas de resinas sintéticas, acabamento fosco metálico, cor cinzento aço
- Suporte dos degraus em perfil UNP 80 e chapa galvanizada de 5 mm (a detalhar)
- Degraus em pedra de xisto 30x125x5 cm (a detalhar)

reparação da parte do núcleo central da torre em desagregação. Esta implicou a remoção do material superficial inconsistente, formando planos ortogonais, horizontais e verticais, que serviram de apoio às camadas de material idêntico a acrescentar (Blocos de Terra Comprimida/BTC), de forma a criar o total preenchimento do interior da torre (ao nível do embasamento). O trabalho consistiu no tratamento de juntas e vazios recorrendo a argamassas compatíveis (tanto no tratamento de juntas, como de injeções), para o assentamento dos elementos de encasque e colocação de conectores.

Para a execução dos panos de muro em alvenaria de xisto recorreu-se a argamassas compatíveis e, quanto às peças de alvenaria, estas foram travadas através de embricamento (no plano da parede e no plano perpendicular), de modo a garantir a sua estabilidade e duração. Com a elevação das paredes foram instalados tirantes de aço inox, colocados dois a dois, de forma a ligar as paredes opostas da torre, contribuindo para a sua estabilidade.

Ao ritmo da elevação dos muros, promoveu-se o preenchimento do núcleo com blocos de terra comprimida, argamassados, que ocuparam o espaço entre a taipa existente e o muro de alvenaria de xisto exterior. No decurso do processo, foram colocados varões verticais de fibra de vidro,

atravessando e reforçando os blocos em toda a altura do muro (média de 7 m), com o intuito de proteger o núcleo da torre e as alvenarias. Foi ainda executado um capeamento da torre em lajes de xisto de dupla pendente para drenagem das águas pluviais, direccionada para as caleiras perimetrais e respectivas gárgulas nos topos destas. Tal foi executado de forma a permitir aos visitantes e às gerações futuras entender a época da intervenção, evitando os frequentes logros de datação das intervenções.

Os acabamentos foram efectuados com materiais mais ligeiros, como o Aço (pintado na cor cinza), que foi seleccionado para criar a escada de acesso e guarda-corpos. A cota máxima destes guarda-corpos em aço (perfil tubular redondo) foi colocada à cota dos muros de alvenaria adjacentes, marcando uma imagem residual e a cêrcea ancestral.

Em nome de uma ética de Intervenção

Neste texto sumário desejamos poder contribuir para a divulgação de técnicas e metodologias construtivas praticáveis neste tipo de tipologias, regidas por uma cultura de ética de intervenção. Deixamos o alerta da salvaguarda de uma fortaleza que de inexpugnável e determinante para a definição da nossa identidade, passou ao desabrigo como tantas outras, que se encontram em risco■



Conservação da fachada norte da igreja de São Vicente de Fora

Limpeza e Remoção dos Graffiti

Carlos José Abreu da Silva Costa | Sócio-Gerente, Conservador-Restaurador pela U. N. L.

ccosta@samthiago.com

Isa Machado Lima | Conservador-Restaurador, pelo Instituto Politécnico de Tomar

email_da_isa@hotmail.com

A empresa ATELIER SAMTHIAGO desenvolveu, em Agosto de 2011, uma empreitada na Igreja de São Vicente de Fora, em Lisboa, Monumento Nacional desde 1910, afecto à Direcção Regional de Cultura de Lisboa e Vale do Tejo desde 2009 e propriedade do Patriarcado de Lisboa.

O trabalho não teve carácter urgente, já que não visou a resolução de problemas decorrentes da normal degradação do monumento, mas sim excepcional, por se pretender a remoção de uma patologia de causa humana: a presença de Graffiti em toda a extensão da fachada Norte da Igreja, um factor inestético.

Com a conclusão dos trabalhos foi importante adoptar medidas preventivas, o que não é fácil, pois o problema em si não passa por uma objectividade de ocorrências passíveis de ultrapassar, impedir ou minimizar; é antes uma problemática relacionada com o ambiente social.

Graffiti enquanto patologia e fenómeno de degradação

São vários os factores que levam à degradação de um material e de um monumento. No limite, estes poderão destruir o conjunto ou descaracterizá-lo.

Destes factores, consideramos os intrínsecos ao material e/ou ao modo construtivo, que são os atinentes à composição do objecto, e os extrínsecos, relativos às agressões impostas pelo ambiente. Aqui introduzimos dois conceitos de causa: ambiente natural e ambiente social. Neste caso, os graffiti

devem-se a uma envolvimento social do edifício e que incluiu todas as circunstâncias que desencadearam o aparecimento da referida patologia.

Com efeito, os graffiti cobriam a quase totalidade da fachada Norte da Igreja onde foram sendo adicionadas, enquanto forma de expressão, frases revolucionárias histórico-temporais.

Em termos técnicos e do ponto de vista da conservação, a maioria destas marcas (existentes em 20 dos 27 troços da fachada, até cerca de dois metros de altura) acabou por ter um baixo grau de penetração, dado o tipo de veículo utilizado: a aplicação em spray fez com a tinta se depositasse superficialmente.

O tratamento de limpeza e conservação

A intervenção na fachada Norte da Igreja de São Vicente de Fora possuía, à partida, uma especificidade à qual não poderia ser alheia a delineação do modus operandi: todo o monumento já fora intervencionado e o resultado da limpeza ora efectuada não deveria quebrar o carácter unitário e homogéneo.



Figura 1 | Vista geral da fachada principal da Igreja de S. Vicente de Fora

No geral, havia outros problemas que importava corrigir: sujidade superficial e em depósito, enegrecimento devido à acumulação dos resíduos causados pelo fumo do tráfego automóvel, infestação com fungos, presença de plantas médias e elementos metálicos oxidados e disfuncionais.

Perante o estado de conservação da fachada, e para podermos decidir sobre a metodologia a empregar no seu tratamento, foram feitos numerosos testes, principalmente no que toca à remoção dos graffiti, limpeza geral e de crostas negras. A forma de trabalho foi definida, com todas as operações a obedecerem a critérios deliberados em função dos exames prévios e segundo um princípio de intervenção mínima.

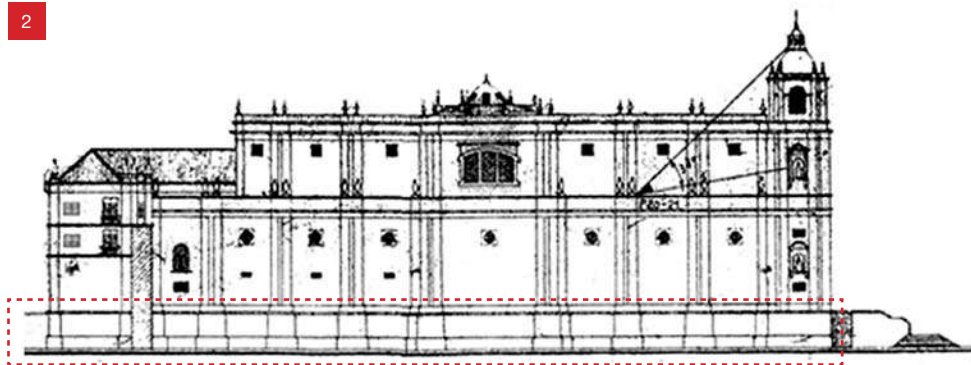
A protecção

Um tratamento anti-graffiti visa, por um lado, facilitar uma futura remoção dos graffiti, uma vez que a sua impregnabilidade está condicionada, e, por outro, impedir a infiltração de qualquer líquido, já que possui propriedades hidrorrepelentes. Permite, no entanto, o trânsito de vapores: a respiração da pedra e as possíveis migrações de sais do interior da estrutura serão mantidas, evitando as concentrações em zonas determinadas da pedra e os efeitos negativos que, a prazo, poderiam advir. Estando a pedra protegida de altos teores de humidade tornar-se-á, também, mais difícil surgir colónias biológicas.

A avaliação da eficiência de um anti-graffiti é quantificada através da determinação do ângulo de contacto rocha-produto, uma vez que esta propriedade é a que melhor reflecte o carácter hidrófilo ou hidrófobo de um material. A rocha por tratar possui um ângulo de contacto de 0 graus, ou seja, a gota é absorvida pela superfície, que se torna hidrofugada pois o ângulo de contacto obtido supera os 100 graus.

O produto aplicado permite dotar a superfície de uma película fina, invisível, transpirável e isenta de brilhos, que assegura a segurança do suporte tratado, evitando a penetração da tinta (esferográfica, marcador, tinta da china ou aerossol). A sua rápida remoção é conseguida através de uma limpeza com água quente a pressão e produto complementar.

A dação de uma protecção final ou, se preferirmos, de uma camada de sacrifício constitui o único meio activo de prevenção e minimização dos danos causados por um reaparecimento de graffiti. De facto, o uso deste tipo de produtos minimiza o seu grau de penetração no material, potenciando a facilidade de remoção.



INTERVENÇÃO REALIZADA (SÍNTESE)

Operação	Metodologia de Trabalho
Documentação e registo	Registo fotográfico e gráfico
Tratamento biológico (fungos e plantas médias)	Desinfestação por meio da aplicação de biocida e herbicida e posterior remoção
Elementos metálicos	Remoção mecânica de alguns elementos metálicos disfuncionais e tratamento inibidor de oxidação dos restantes, com posterior protecção
Limpeza geral	Limpeza manual, com água corrente e escovas de cerda
Remoção de Graffiti	Limpeza química
Limpeza pontual	Limpeza micro-abrasiva, com a utilização de jacto de água e de sílica
Operações pontuais	Colagem de elementos em destacamento e substituição pontual de argamassas e estucagens
Protecção da superfície	Aplicação de agente protector anti-graffiti e hidrorrepelente



Nota final

A perspectiva idealista de manter a fachada livre de pinturas ou de outros tipos de expressão nunca poderá ser definitiva. Tal como não podemos prever, nem prevenir, uma ocorrência natural adversa (um terramoto, por exemplo), também não o poderemos fazer relativamente ao ambiente social em cada momento histórico.

Actualmente, os graffiti constituem uma problemática cada vez mais visível e difícil de controlar. Pensamos que valorizando os que se apresentem como formas de arte, em detrimento das restantes, e sensibilizando de modo inteligente e exaustivo as várias faixas etárias, em diferentes prismas e por parte de todas as entidades competentes, poderemos chegar a uma melhor educação e responsabilização sobre a preservação dos monumentos. Como já referido, a aplicação de uma barreira anti-graffiti representa a única medida concreta e com resultados

práticos possível de adoptar. Todas as restantes passam pela sensibilização.

Para terminar, salientamos o modo como as partes envolvidas fizeram desta campanha um bom exemplo de serviço visionário no que concerne às boas práticas e excelência na conservação do Património■

2 | Alçado Norte da Igreja de S. Vicente de Fora, com destaque para a zona onde decorreu a intervenção de conservação e restauro: limpeza, remoção de graffiti e protecção da superfície tratada. (fonte: Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana)

3,4 | Vista de um dos troços antes e após a intervenção de conservação

Telha de mansarda CS

Projectar ou reabilitar

Uma solução inovadora para a linha de quebra entre as pendentes

Sónia Santiago Felgueiras | Marketing, CS - Coelho da Silva

www.cs-telhas.pt

O termo «mansarda» tem origem no nome do arquitecto parisiense François Mansart (1598-1666), um dos mais geniais da sua época e considerado um dos criadores da arquitectura francesa clássica.

Ao contrário do que se possa pensar, Mansart não inventou este elemento arquitectónico, mas popularizou-o, inspirando-se em obras italianas anteriores, cujos telhados íngremes e com dupla inclinação eram característicos de uma arquitectura renascentista. Mansart manifestou desde cedo o seu talento na construção de edifícios religiosos e de grandiosas casas particulares, usando uma arquitectura de particular exuberância, motivada pelo seu carácter difícil e obsessão pela perfeição. Mansart reavivou na sua classe o interesse neste estilo de cobertura e quando Napoleão criou o Segundo Império em França (no início do séc. XIX), Paris transformou-se numa cidade de grandes avenidas e edifícios monumentais, de arquitectura opulenta na qual proliferaram edifícios com telhados em mansarda, rapidamente contagiando outras cidades e outros países. Da Europa à América, é hoje possível encontrar um pouco por todo o lado o cunho arquitectónico de um telhado em mansarda.



“

Num processo constante de procura de soluções inovadoras, robustas e funcionalmente eficientes, sem alterar a estética da cobertura cerâmica de mansarda, a CS desenvolveu dois novos acessórios para a renovação deste tipo de telhados: as telhas de mansarda côncava e convexa...

”

Caracterizada por duas vertentes de cada um dos lados do telhado, com inclinações diferentes, uma mansarda oferece um espaço de vida adicional. A inclinação inferior é mais acentuada do que a que lhe antecede, sendo que a inclinação superior não é geralmente visível a partir do solo, e é angulada apenas o suficiente para permitir o escoamento da água. O seu enquadramento é extremamente prático, pois é capaz de ampliar ou adicionar andares superiores a partir de um existente, sem afectar a altura do edifício, e tornando-o excepcionalmente elegante.

Quando a vertente mais inclinada se afasta do plano da fachada do edifício, surge uma terceira vertente, normalmente apenas com a pendente necessária para assegurar o escoamento da água. Este tipo de mansarda, mais complexa, mas que continua a aproveitar o espaço interior do desvão da cobertura, conduz a intersecções côncavas e convexas entre as vertentes do telhado.

Pela sua importância estética e funcional, o acabamento exterior deste tipo de coberturas não pode ser negligenciado. As coberturas em mansarda revestidas com telha cerâmica revelaram desde sempre uma zona crítica – a linha de quebra entre as pendentes – que, quando mal executada, deu origem a infiltrações de água para o interior.

Para resolver este problema, é comum encontrar soluções que passaram pelo recurso a um beirado mais saliente da pendente superior (eventualmente complementado com um elemento metálico para receber as águas pluviais) ou pela adição de uma cornija, mais ou menos evidenciada, que reduziu esteticamente o impacto visual causado pelo encontro das duas pendentes ou, em alguns casos,

a combinação destas duas soluções. Nas intersecções côncavas foi normalmente utilizado um rufo metálico.

Mas em muitos casos optou-se simplesmente pelo corte de telhas e utilização de argamassas nas zonas de intersecção das vertentes, processo cujos efeitos negativos são bem visíveis quando se efectua a recuperação destas coberturas.

Num processo constante de procura de soluções inovadoras, robustas e funcionalmente eficientes, sem alterar a estética da cobertura cerâmica de mansarda, a CS desenvolveu dois novos acessórios para a renovação deste tipo de telhados: as telhas de mansarda côncava e convexa, resultantes de um rigoroso e fiável sistema industrial de corte e colagem.

Obtidas a partir das mesmas telhas que revestem o telhado, as peças que resultam de um corte em chanfre, coladas através de um material de composição e durabilidade testadas e comprovadas, têm a versatilidade de poder corresponder ao ângulo entre pendentes, variável caso a caso, realizando-o sem interrupções de qualquer tipo. Esta solução anula as dificuldades que habitualmente se encontram na resolução do encontro entre pendentes, garantindo a estanqueidade da cobertura, ao mesmo tempo que evita o recurso a outros materiais, que obrigam a uma descontinuidade no telhado e cuja durabilidade é muito inferior à das peças cerâmicas.

Disponíveis para todos os modelos de telha CS e de conceito único no mercado, as telhas de mansarda respondem de forma totalmente inovadora a uma necessidade específica, muito comum em obras de reabilitação deste tipo de coberturas■

1 | Telha mansarda convexa Tecno

2 | Telha mansarda côncava Tecno

Conservação e Restauro

Os Ciclos de Estudo na Universidade Portucalense (Porto)

A licenciatura de Conservação e Restauro da Universidade Portucalense pretende formar profissionais científica e tecnicamente habilitados para a preservação do património, seja através da criação da própria empresa ou inserção no mercado de trabalho.

Neste sentido, o ciclo de estudos foi adaptado às exigências da procura, possuindo considerável carga laboratorial. É traçado um percurso que incide nas questões éticas, técnicas e metodológicas, aplicadas à conservação e ao restauro dos diversos bens culturais, culminando em práticas especializadas sobre materiais orgânicos e inorgânicos.

Paralelamente, é proporcionada formação em contexto de trabalho em entidades e empresas protocoladas, permitindo o contacto directo com o mundo profissional. Também se promove a frequência de estágios internos nos laboratórios da Clínica de Conservação e Restauro da Universidade (entidade prestadora de serviço), onde os alunos, devidamente acompanhados por docentes e técnicos, têm realizado inúmeras intervenções.

PLANO DO CURSO

Plano curricular do 1º ciclo de Conservação e Restauro

1ºANO /

1ºSemestre	ECTS	2ºSemestre	ECTS
Materiais I	6	Materiais II	6
Desenho I	5	Química Aplicada à Conservação e Restauro	6
Metodologia Científica	6	Desenho II	5
História da Arte Medieval em Portugal	5	História da Arte Moderna em Portugal	5
Equipamentos e Produtos de Conservação e Restauro	4	Ética e Deontologia da Conservação e Restauro	4
Introdução à Conservação e Restauro	4	Opção	4

2ºANO /

1ºSemestre	ECTS	2ºSemestre	ECTS
Práticas de Laboratório I	8	Práticas de Laboratório II	9
Métodos e Técnicas de Intervenção I	6	Métodos e Técnicas de Intervenção II	6
Reabilitação do Património Histórico-Cultural	6	Física Aplicada à Conservação e Restauro	5
História da Arte Contemporânea em Portugal	5	Biologia em Conservação e Restauro	5
Opção	5	Opção	5

3ºANO /

1ºSemestre	ECTS	2ºSemestre	ECTS
Práticas de Laboratório de Especialidade I	10	Práticas de Laboratório de Especialidade II	10
Fotografia em Conservação e Restauro	7	Conservação e Restauro de Documentos Gráficos	7
Conservação e Reabilitação de Edifícios	5	Métodos de Exame e Análise Laboratorial	5
Higiene e Segurança Laboratorial	4	Opção I	4
Opção	4	Opção II	4

Entre os vários trabalhos desenvolvidos nos laboratórios da Clínica CR, destacam-se as intervenções realizadas em azulejos e cerâmicas de proveniência nacional, europeia e oriental (terracotas atribuídas à dinastia Tang e peças da Companhia das Índias), assim como em esculturas, pinturas (com destaque para um auto-retrato da pintora Aurélia de Souza) e documentos gráficos.

Finda a formação do 1º ciclo, o licenciado pode optar por uma das diversas pós-graduações ou frequência do 2º ciclo/ mestrado.

O mestrado concede particular ênfase à vertente técnica e metodológica da prática laboratorial, numa área específica da preferência do aluno. O plano curricular está orientado para a investigação e intervenção em materiais orgânicos e

inorgânicos – destacando-se, tal como no 1º ciclo, as áreas da documentação gráfica, da reabilitação do património integrado e arquitectura, da arte contemporânea e das novas tecnologias aplicadas à conservação e restauro. Contudo o 2º ciclo de estudos orienta-se para um conhecimento mais especializado e rigoroso, segundo critérios éticos reconhecidos. Ao discente é facultado o desenvolvimento de um conjunto de técnicas de exame e análise, mediante a utilização de equipamentos existentes nos laboratórios e/ou facultados através de protocolos celebrados com outras instituições.

Acompanhando a evolução de novas técnicas, materiais e recorrendo simultaneamente ao conhecimento e aplicação de processos tradicionais, pretende-se garantir, com coerência e fidelidade, a perpetuação do património■

Nivelamento da preparação, nas zonas de lacuna, para posterior integração cromática em escultura policroma do século XIX.

A recuperação de património

Uma das missões da Parques de Sintra - Monte da Lua, SA

António Lamas | Presidente do Conselho de Administração

Gonçalo Simões | Engenheiro Civil, Direcção Técnica

Solange Gomes | Arquitecta, Direcção Técnica

A Parques de Sintra – Monte da Lua, SA (PSML) foi criada em 2000 com a missão, entre outras, de gerir o património público na zona da Paisagem Cultural de Sintra, Património da Humanidade desde 1995.



Os pólos visitáveis incluem os Parques e Palácios da Pena e de Monserrate, o Castelo dos Mouros e o Convento dos Capuchos, bem como, mais recentemente, o Chalet da Condessa d'Edla. Gere ainda diversas propriedades florestais. No total, está entregue à sua gestão cerca de 43% da área da Paisagem Cultural de Sintra (410ha) e 150ha na respectiva zona de protecção.

A empresa não recebe verbas do Orçamento do Estado. As receitas são provenientes das entradas nas propriedades que gere, das cafetarias, lojas e aluguer de espaços para eventos. O aumento das receitas depende da atracção de mais visitantes, o que, por sua vez, depende da qualidade do património visitável. A recuperação do património e abertura de novos pólos de visita é, por isso, a estratégia adequada à sustentabilidade da missão da empresa.

Figura 1 | Pena - NES - Serviços de imagem e documentação aérea



2

Em 2006, o Palácio da Pena era o que apresentava melhor estado de conservação e, no Palácio de Monserrate, terminara a obra de recuperação de coberturas e fachadas. O restante património, quer construído quer natural, encontrava-se em mau estado de conservação: em todas as Tapadas e Parques, redes de caminhos muito degradadas, com pavimentos esburacados e valetas e passagens hidráulicas deformadas e obstruídas; as casas de guarda, Abegoaria e o Chalet da Condessa parcialmente arruinados, com partes das coberturas abatidas; os muros, em muitos troços, arruinados pela queda de árvores; os sistemas de água obstruídos ou parcialmente interrompidos; as áreas florestais, impenetráveis pelo crescimento excessivo de infestantes (acácias, pitósporos, etc).

Nas recuperações a regra é o controlo de custos e da qualidade dos resultados, compatível com o valor do património gerido. Acresce que a sustentabilidade da empresa depende da capacidade de atracção de visitantes e, portanto, da exemplaridade das intervenções realizadas. Para as recuperações necessárias, a PSML incorporou nos seus quadros técnicos de várias especialidades, tais como Engenheiros Cívicos e Arquitectos, Engenheiros Florestais, Arquitectos Paisagistas, Biólogos e Arqueólogos. Os projectos de recuperação são todos preparados in-house e os mais complexos executados em gabinetes externos. Todas as obras são também preparadas e geridas pelos técnicos da PSML. Por norma, são executadas por empresas contratadas, mas a PSML dispõe também de pessoal próprio

para a execução das de menor dimensão. Os critérios de autenticidade dos materiais e o respeito pelas soluções construtivas originais são a preocupação fundamental. Os trabalhos são precedidos de pesquisa em arquivos documentais e fotográficos para identificação de antecedentes e pré-existências: desde redes de caminhos e sistemas de águas a inventários de plantas e espécies arbóreas. No que se refere à composição de materiais recorre-se vulgarmente a análises químicas e radiológicas (argamassas, vitrais, etc). Para a datação de construções tem sido recentemente aplicada a metodologia da arqueologia da arquitectura (Castelo dos Mouros) e, em levantamentos de grande precisão, o *laserscanning* (Palácio de Monserrate). Na gestão do património botânico, destaca-se o trabalho de georeferenciação e identificação taxonómica de 53.000 espécimes arbóreos dos Parques da Pena e Monserrate (SIG botânico).

Na procura de materiais e uso de técnicas tradicionais são exemplos a utilização de pedra de granito semelhante à local, de argamassas à base de cal e saibro granítico e de cortiça cozida e moldada. As intervenções procuram conciliar estas técnicas com a introdução de características de conforto e segurança compatíveis com a legislação e técnicas actuais (aquecimento, redes de comunicação em fibra óptica, de águas e drenagem, etc).

Em termos quantitativos sublinha-se a recuperação, até à data: do Palácio* e Jardins do México** e Roseiral em

Monserrate; do Chalet*, Jardim*, Casas de Guarda** e de Jardineiros da Condessa d'Edla, da Quinta Ornamental* no Parque da Pena; das Casas dos Lagos**, do Pombal**, da Lapa**, no mesmo Parque; das Casas de Guarda do Castelo dos Mouros**, do Shore, do Monte Sereno, da Tapada D. Fernando II; bem como de 7km de muros de alvenaria de pedra e cal** e de 15km de caminhos recuperados**, na maioria dos casos com incorporação de infraestruturas (substituição de asfaltos degradados por calçadas, macadames e saibro estabilizado de granito e uma estrada em betuminoso com 2,7km). Vale a pena ainda referir a recuperação ou reprodução de 78 candeeiros em ferro fundido no Parque da Pena*** e o progressivo restauro de sistemas de águas (minas, barragens, canais e lagos) .

Outros projectos em fase de preparação ou arranque são: a recuperação e adaptação da Casa da ex-JAE, à entrada de Sintra, a centro de apoio a visitas pedonais na Serra; a recuperação da Abegoaria da Quinta Ornamental do Parque da Pena; e o Projecto "À Conquista do Castelo", candidatado ao PIT.

Em conjunto, as intervenções de recuperação do património têm permitido a abertura de espaços previamente vedados ao público, a diversificação dos seus modos de fruição e a consolidação da imagem de Sintra como destino cultural. Através da sua divulgação e impulso mediático que as inaugurações proporcionam, a PSML tem experimentado um aumento de visitas significativo que, em 2011, atingirão cerca de 1,1 milhões■

* Comparticipado pelo EEA Grants

** Comparticipado pelo POA

*** Comparticipado pelo PIT

Mouraria

Requalificar o passado para construir o futuro

Victória Fernandes | Jornalista, Sóciologa

O bairro da Mouraria é alvo de um inovador projecto de requalificação urbana, social e ambiental, que irá potenciar o valor do património histórico arquitectónico e dinamizar actividades multiculturais – a par de criar condições vitais de segurança e conforto.

Figura 1 | Largo do Intendente, Lisboa (Após obras)





As obras do Programa de Acção da Mouraria, co-financiado pelo FEDER, através do PORLisboa, iniciaram-se a 30 de Setembro, com data de conclusão prevista para o final de 2013. A reabilitação urbana da Mouraria contempla uma série de projectos, que vão da requalificação do espaço público e criação de espaços destinados a jovens, idosos e empresas (Quarteirão dos Lagares), até iniciativas socioculturais.

Em plena sintonia com a Estratégia de Lisboa, o programa terá um impacto substancial na imagem e coesão social da cidade. Neste âmbito, a Autoridade de Gestão do Programa Operacional Regional de Lisboa (PORLisboa) aumentou a sua participação comunitária de 50% para 65%. O Plano de Acção da Mouraria (no qual o QREN participa em mais de 40%), contempla outras intervenções, ao abrigo dos programas PIPARU (Programa de Intervenção Prioritária nas Áreas de Reabilitação Urbana) e do BIP/ZIP (Bairros de Intervenção Prioritária), iniciativas da Câmara Municipal de Lisboa.

No conjunto, o esforço financeiro de reabilitação da Mouraria ascende aos 12 milhões de euros (oito da CML e quatro do

QREN). É de realçar que a intervenção no edificado assenta no Plano de Desenvolvimento Comunitário da Mouraria (PDCM), que procura encontrar soluções para combater os fenómenos de pobreza e exclusão social. Com um orçamento previsto de um milhão de euros, o PDCM visa tornar a Mouraria um local mais inclusivo, atractivo e seguro.

Espaço Público e Ambiente Urbano

A operação de requalificação do espaço público com maior visibilidade ocorrerá ao longo de um dos principais eixos estruturantes do bairro – do Largo Adelino Amaro da Costa ao Largo do Intendente.

A zona integra imóveis classificados como Monumento Nacional e de Interesse Público e, ainda, outros integrados na Carta do Património, como a Cerca Fernandina, que será posta a descoberto e fará parte do Percorso Turístico/Cultural previsto. O único troço passível de restauro localiza-se nos jardins do Palácio da Rosa. A intervenção será conduzida pelos próprios proprietários – será o único troço da Cerca Fernandina visível. Além das questões de eficiência

energética e de sustentabilidade ambiental, houve a preocupação de criar soluções adequadas ao tecido histórico, urbanístico e patrimonial da Mouraria, tendo em conta as necessidades da população residente (e dos seus visitantes). A intervenção abrangeu a conservação e restauro de diversos elementos em cantaria (bicas e fontes), assim como a reutilização de materiais existentes (basalto, calcário e granito).

A redefinição das zonas de circulação e estacionamento, possibilitou a criação de espaços de lazer, ao passo que os acessos ao Castelo de São Jorge serão ampliados e diversificados.

2] Centro para actividades com jovens e idosos. Junta de Freguesia de S. Cristóvão e S. Lourenço, Lisboa (após obras)



3

Corredor Multicultural

Um dos grandes objectivos da requalificação do Espaço Público é a inclusão social dos diferentes grupos sociais e o reforço positivo do carácter multicultural da Mouraria. A designada baixa da Mouraria é identificada como “Corredor Intercultural”. Aqui, é exercida uma intensa actividade de comércio grossista e pequeno comércio, ligados à gastronomia e hábitos culturais das comunidades. A sua requalificação física será um instigador da inclusão social esperada.

Estruturas Identitárias

Vão ser reabilitados vários edifícios ligados à história da Mouraria, como será o caso do Quarteirão dos Lagares e do Sítio do Fado da Mouraria. No primeiro, foi identificada uma planta com características que remontam ao período islâmico-medieval, além de um jardim (séc. XV). Dado o valor patrimonial do conjunto (edificado e logradouro), a intervenção será feita de forma a valorizar o património histórico, mantendo as características tipológicas, morfológicas

e construtivas (técnica de taipa). O projecto prevê uma plataforma que permita o acesso visual à sua reserva arqueológica e, para facilitar o acesso ao quarteirão, prevê-se nova entrada, a partir da via pública.

O local será destinado a pólo de inserção de actividades económicas (Centro de Inovação da Mouraria), com características ímpares na cidade. Quanto ao Sítio do Fado visa a readaptação funcional da casa onde terá vivido a fadista Severa, a uma estrutura cultural e de lazer, dinamizando actividades relacionadas com o fado. Neste projecto, valorizam-se as características estilísticas da arquitectura vernacular dos séculos XVI/XVII impressas no edifício. O Sítio do Fado terá directas implicações no turismo e, por sua vez, na revitalização do tecido económico e social do bairro. É ainda tido como um espaço-âncora para a inclusão social dos moradores. Outro projecto a destacar é a reabilitação da Igreja de São Lourenço, cuja intervenção visa preservar o legado patrimonial e eclesiástico do lugar, adequando-o simultaneamente a novas funcionalidades, ligadas a actividades culturais.

Incentivos à Iniciativa Privada

Segundo o presidente da Câmara de Lisboa, estão a criar-se “condições óptimas para os proprietários terem interesse económico na reabilitação, nomeadamente a criação de condições de segurança, requalificação do espaço público e de equipamentos para atrair o investimento privado”. Estas acções têm vindo a dinamizar o local, atraindo interessados, como é o caso dos proprietários da Viúva Lamego, responsáveis pela reabilitação de quase todo o quarteirão do Largo do Intendente. Quanto ao comércio na zona da Mouraria, o autarca acredita que é possível reanimá-lo, lembrando a existência de “um conjunto vasto de incentivos que podem ser mobilizados” para atrair os comerciantes, como a isenção de taxas de IMI e de IMT, entre outros■

3 | Centro para actividades com jovens e idosos. Junta de Freguesia de S. Cristóvão e S. Lourenço, Lisboa (após obras)



DESDE 1967



SOLUÇÕES PARA A REABILITAÇÃO



Convento de Alpendurada: reabilitação com DIERA RV CAL BASE PRO



- *Para reabilitação de alvenarias antigas*
- *Produto ecológico de base cal*
- *Excelente durabilidade*
- *Acabamento areado ou liso*
- *Boa trabalhabilidade*
- *Para complementar suportes de base cal*



COLAGEM • BETUMAÇÃO • REVESTIMENTO • REABILITAÇÃO • ISOLAMENTO • IMPERMEABILIZAÇÃO • PINTURA

Novo PDM de Lisboa

Uma cidade para o futuro, uma cidade para as pessoas

Victória Fernandes | Jornalista, Sóciologa

O projecto final para a revisão do Plano Director Municipal (PDM) de Lisboa foi aprovado, em reunião da Câmara, no dia 21 de Setembro. O presidente da CML, António Costa, saudou o resultado, embora ciente de que “falta agora o espinhoso caminho de votação e discussão na Assembleia Municipal”. O Plano assenta na premissa “uma cidade para o futuro, uma cidade para as pessoas”.

Trata-se de inverter um ciclo iniciado há quatro décadas, no qual Lisboa perdeu 400 mil habitantes, 100 mil habitantes por década, salientou o autarca de Lisboa (SIL, Outubro de 2010). Neste contexto, torna-se imperativo um novo PDM, capaz de suplantar os problemas que hoje assolam a cidade, como a estagnação da receita fiscal, a diminuição da capacidade de investimento, a degradação do edificado, o aumento da entrada de veículos na cidade, a saída de empresas e o despovoamento. O PDM actualmente em vigor, que remonta a 1994, “tem objectivos que já não se colocam à cidade”, ressaltou António Costa. O novo Plano é mais operacional e estratégico, imprimindo maior flexibilidade, clareza (nas regras) e capacidade de adaptação, além de uma maior autonomia municipal. A simplicidade, transparência e interactividade são outras qualidades apontadas pelo autarca. De facto, o novo Plano investe no sistema georreferenciado, desenhado à escala do quarteirão, da rua e do edifício. Assim, “pode-se saber exactamente o que se poderá fazer num edifício ou numa área, em termos de usos e edificabilidade”, o que permite poupar muito tempo no processo de

licenciamento, referiu o vice-presidente da Câmara de Lisboa e vereador do Urbanismo, Manuel Salgado, numa das sessões de esclarecimento do Plano. Para o vereador, “o novo PDM exige uma visão de futuro”, assente num plano pragmático e com objectivos muito claros.

Para atrair residentes, Manuel Salgado assegura que “a solução passa pela existência de oferta de habitação para arrendamento a preços acessíveis”, rejeitando a crítica de que o PDM irá servir para expulsar os mais pobres para os subúrbios, por via do licenciamento de obras de reabilitação, que aumentarão o valor das rendas. A estratégia de desenvolvimento territorial do PDM articula-se em torno de três grandes prioridades: afirmar Lisboa nas redes globais e nacionais; revitalizar a cidade consolidada (reabilitando o edificado e o património, preenchendo os espaços desocupados e reconvertendo os usos de equipamento e infra-estruturas); e promover a





sustentabilidade, a qualificação urbana e a participação dos cidadãos. O novo modelo de PDM assenta em dois sistemas vitais – o Ecológico e o da Mobilidade –, transversais a quatro áreas tidas como estruturantes do Plano: a Zona Ribeirinha (em que se prevê um acesso mais fácil à margem, diluindo o efeito de barreira da ferrovia e da rodovia); a revitalização da Baixa e dos eixos históricos; afirmação do anel de polaridades urbanas (como pólos de concentração de actividades e novos espaços de modernidade); e a reconversão da Segunda Circular em Alameda Urbana.

Novidades do novo PDM

“O aspecto mais inovador deste Plano é introduzir objectivos de política urbanística”, destacou Manuel Salgado, explicando que há certos objectivos que podem gerar prémios/benefícios. De facto, a acompanhar o PDM estão diversos regulamentos, nomeadamente o que prevê a atribuição de créditos de construção. Esta novidade suscitou, no entanto, preocupações por parte da oposição e da vereadora responsável pela Habitação, Helena Roseta, que realçou o perigo de este instrumento poder funcionar como “emissão de moeda” e, eventualmente, possibilitar a venda dos créditos, criando um mercado transaccionável. “É importante perceber que não é a mesma coisa ter créditos para aplicar no Chiado ou na Ameixoeira”, advertiu. Realçou ainda a necessidade de calcular bem, em valor, os metros quadrados de construção correspondentes ao crédito [de edificabilidade] emitido. Isto, porque, segundo a vereadora, “podemos estar a gerar um mercado que vai depois gerar especulação imobiliária”. “É um sistema que, à primeira vista, parece complexo, mas já não é novo” em Portugal, defendeu o vereador do Urbanismo. Os créditos de edificabilidade, transferíveis e alienáveis, são atribuídos consoante o tipo de operação (correspondendo a uma pontuação equivalente aos créditos de construção), que pode ir da reabilitação urbana, passando pela criação de mais lugares de estacionamento para os residentes e libertação de construção nos logradouros, até à melhoria da eficiência

energética no edificado. Este caso é premiado através de redução no IMI e de bónus de edificabilidade, no qual o PDM prevê um índice médio de 1.2 de bónus – podendo atingir um índice 2, caso a zona se situe junto aos grandes nós de transportes colectivos.

À estratégia da bonificação, juntam-se as rendas controladas, para atrair ou fixar residentes. Manuel Salgado refere que deverá ser possível garantir um arrendamento de uma habitação T2 em zona urbana entre 500 e 600 euros por mês, mediante o mecanismo das compensações urbanísticas previsto em regulamento. Esta regra permitirá ao construtor edificar 25% a mais, desde que, em troca, garanta uma reserva de 20% a 25 % dos fogos, com um valor de arrendamento fixo, pelo prazo de dez anos, e que se situará entre aqueles valores. Outras novidades da proposta são a inclusão do programa de bairros de intervenção prioritária e uma carta de risco sísmico.

Reabilitação urbana é prioridade

Segundo a autarquia, cerca de 12 mil edifícios em Lisboa precisam de ser reabilitados. Apesar de existirem áreas onde a concentração de edifícios degradados é maior, há edifícios em mau estado de conservação e devolutos dispersos um pouco por toda a cidade. Neste âmbito, o vereador do Urbanismo considera que “todo o município deverá ser classificado como área de requalificação urbana”, para que os benefícios sejam estendidos a toda a cidade consolidada. “Cerca de quatro mil prédios são maioritariamente devolutos e, embora grande parte tenha projectos aprovados, não há capacidade de investimento para os requalificar”, salientou. Neste sentido, o novo PDM propõe, além dos já referidos créditos de construção, um conjunto de estímulos para os investidores privados, como a redução das taxas urbanísticas para a reabilitação, a canalização de investimentos para áreas de reabilitação sistemática e a não obrigatoriedade de licença para a reabilitação urbana (desde que a fachada, o número de pisos e a geometria da cobertura sejam mantidos), além da eliminação do princípio das cedências obrigatórias para a reabilitação■

É preciso ir mais longe na revisão do enquadramento legislativo da reabilitação

Vítor Córias | GECORPA

Na segunda metade dos anos 90, a redução das taxas de juro, conjugada com a bonificação concedida para compra de habitação própria, contribuiu para uma vaga de construção nova. A partir de 2003 a construção de edifícios tem vindo a diminuir de modo acentuado, e a reabilitação do edificado passou a constar dos objectivos estratégicos apregoados pela administração.

A reabilitação das construções existentes possui características distintivas, sobretudo dos pontos de vista metodológico e tecnológico, que apelam para um grau variável de especialização dos agentes envolvidos, em particular na elaboração dos projectos e na execução das próprias intervenções.

Até agora, a reabilitação tem vindo a ser considerada como uma simples extensão da construção nova. Como tal, o exercício da actividade no domínio da primeira tem estado sujeito ao cumprimento de diplomas legais pensados para a segunda, os quais que se revelam, frequentemente, inadequados. Tal pode ser constatado por uma análise sumária seguindo as referências à própria palavra “reabilitação” nos diferentes diplomas legislativos.

A Proposta de Lei n.º 24/XII, apresentada pelo governo à assembleia da república em fins de Setembro introduz um conjunto de alterações no Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de Outubro, que estabeleceu o regime jurídico da reabilitação urbana em áreas de reabilitação urbana, visando a sua simplificação. Tal não é, no entanto, suficiente, face à especificidade de muitas das intervenções de reabilitação.

Um diploma da maior importância é o recentemente publicado Decreto-Lei n.º 69/2011 de 15 de Junho, que veio alterar o Decreto-Lei n.º 12/2004, de 9 de Janeiro. Este diploma, que regula o acesso ao sector de actividade da



construção estabelecendo um sistema de classificação das empresas, acaba de introduzir uma série de simplificações no acesso ao sector, a pretexto, segundo reza o preâmbulo, de “proporcionar aos consumidores uma oferta mais ampla”... Como se o sector da construção de tal necessitasse nesta altura! As novas simplificações, que se vêm somar às introduzidas em 2004 pelo decreto-lei agora revisto, começam por uma redução para 20 dias do prazo de apreciação dos processos, com aprovação tácita caso o InCI não se

pronuncie, e os alvarás “na hora” para quem queira iniciar-se.

Mais estranha é a redução das exigências em termos de recursos humanos das empresas: aqui, passou-se da situação – já de si aberrante -- do pessoal executante dos trabalhos – os encarregados e os operários -- contar para a avaliação da capacidade técnica das empresas apenas por grupos de remuneração, para uma situação em que esse pessoal, pura e simplesmente, deixa de interessar para tal avaliação! Numa altura em que se

tornou patente a necessidade de uma maior qualificação dos recursos humanos do País, não se compreende que seja desperdiçada a oportunidade de criar um forte estímulo à qualificação através de uma maior exigência quanto aos recursos humanos contratados pelas empresas!

De notar, aliás, que a importância da reabilitação do edificado é ignorada ao longo do novo diploma. Nesta acepção, a palavra só aparece duas vezes no texto do documento: na definição de “obra” e numa breve referência ao presidente do IHRU. Fora disso, a palavra “reabilitação” só aparece a propósito do impedimento dos requerentes alvo de inibição em processos de insolvência, que, para poderem exercer a actividade, têm de ser “reabilitados”...

Note-se, ainda, que o “Património”, constituído pelos edifícios históricos e monumentos, cuja conservação e restauro têm vindo a ser consideradas como um segmento do sector da construção, é algo que, incompreensivelmente, o diploma em questão passa em branco.

O novo diploma não resolve as insuficiências do Decreto-Lei n.º 12/2004, de 9 de Janeiro, o qual resultava já de um conjunto de “medidas de simplificação” introduzidas no diploma que o antecedeu. Estas simplificações em cadeia em nada contribuem para o adequado enquadramento da actividade da reabilitação. Tal como se encontra redigido, o novo diploma, a exemplo do anterior, não permite assegurar que as empresas possuam recursos humanos com a necessária qualificação, e torna-se praticamente inútil quando se trata de intervenções de reabilitação.

No Decreto-Lei 18/2008, de 29 de Janeiro, Código dos Contratos Públicos (CCP), a palavra “reabilitação” só aparece uma vez, no art.º 370.º, mercê de uma recente alteração legislativa. Tirando esta ocorrência, só aparece a propósito do impedimento dos concorrentes condenados por crime que afecte a sua honorabilidade profissional, que, para poderem concorrer, têm de ser “reabilitados”...

Diplomas recentes, como a Lei n.º 31/2009 de 3 de Julho – Regime jurídico da qualificação profissional dos técnicos responsáveis pelo projecto, fiscalização e direcção de obras (que substitui o Decreto-Lei 73/73), ou a

Portaria n.º 1379/2009 de 30 de Outubro, que regulamenta as qualificações específicas profissionais mínimas exigíveis aos técnicos responsáveis pela elaboração de projectos, pela direcção e pela fiscalização de obras, previstas na supracitada Lei n.º 31/2009, ignoram totalmente a especificidade da reabilitação, palavra que não aparece uma única vez em qualquer deles.

O Decreto-Lei n.º 307/2009 de 23 de Outubro – Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, trata especificamente do tema da reabilitação da cidade e dos edifícios. No entanto, salvo uma breve referência no art.º 53.º, este recente diploma ignora a questão das qualificações a exigir aos profissionais e às empresas para executarem intervenções de reabilitação do edificado, limitando-se a remeter para o Decreto-Lei 555/99 de 16 de Dezembro, Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação. Constata-se, porém, que no Decreto-Lei 555/99 de 16 de Dezembro, a palavra “reabilitação” também não aparece uma única vez. Quanto à qualificação dos empreiteiros, este diploma remete para o já referido Decreto-Lei n.º 12/2004; Quanto à qualificação dos técnicos, remete para a “inscrição em associação pública de natureza profissional” e para o regime de qualificação profissional exigível aos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projectos ou em legislação especial, ou seja, remete para as já mencionadas Lei 31/2009 e Portaria 1379/2009, totalmente omissas no que toca à reabilitação.

Idêntica inadequação se nota noutros diplomas e documentos similares aplicáveis à área da reabilitação:

- na Portaria n.º 701-H/2008 de 29 de Julho, que aprova, ao abrigo do CCP, o conteúdo obrigatório do programa e do projecto de execução;
 - Na Classificação Portuguesa das Actividades Económicas;
 - Na Classificação Nacional de Profissões.
- A inadequação do enquadramento legislativo da área da reabilitação tem consequências negativas para as empresas interessadas em fornecer serviços de qualidade, na medida em que as expõe a uma concorrência

desigual com empresas sem qualificação, desincentivando a especialização, a organização, o investimento, a formação e a manutenção de saberes.

O GECORPA – Grémio do Património tem vindo a diligenciar no sentido de corrigir esta situação. Numa recente exposição ao senhor ministro das obras públicas, o **GECORPA** propôs um conjunto de alterações a disposições legais ou equiparadas (texto disponível em www.gecorpa.pt).

À medida que o “centro de gravidade” da actividade do sector da construção se transfere da construção nova para a reabilitação, torna-se necessário um trabalho de revisão, de harmonização e de preenchimento de lacunas legislativas. Nos últimos anos a reabilitação tem sido vista pelos empreiteiros generalistas como uma “tábua de salvação” para o sector da construção, e o seu poderoso lóbi não se tem poupado a esforços para que a reabilitação seja considerada uma mera extensão da construção corrente. Se o enquadramento legislativo do sector da construção não for revisto a tempo, os recursos financeiros da reabilitação serão gastos em intervenções de reduzida durabilidade e de duvidosa eficácia■

1 | Adulteração de um edifício classificado por intervenção estrutural mal concebida

Igreja Matriz de São Mamede de Valongo

Obras de conservação e restauro (2009-2011)

José Alfredo Ferreira da Costa | Padre

A actual Igreja Matriz de Valongo está implementada no lugar onde se erguera o primitivo edifício demolido por ameaçar ruína. Para tal empreendimento foi obtida a autorização Régia, junto de D. João VI, em 1781 e começou a construir-se em 1794, levando mais de meio século para ser concluída.

Em 1809 serviu de quartel-general aos invasores franceses e só em 1823 foi dedicada a São Mamede. A sacristia poente serviu de palco à primeira reunião camarária aquando da elevação de Valongo a Concelho, em 1837.

Trata-se de um edifício neoclássico com planta longitudinal composta por nave única e capela-mor profunda, à qual aparecem adossadas duas sacristias laterais de corpo rectangular, tendo uma área bruta de 1000 m². Foram seus arquitectos Damião Pereira de Azevedo, Joaquim da Costa Lima Sampaio, José Francisco de Paiva e Teodoro de Sousa Maldonado.

Em Agosto de 2006, a Direcção Regional de Edifícios e Monumentos Norte (DREMN), através do seu director Arq. Augusto Costa, apresentou pelas mãos dos técnicos Ana Filipe, Artur Jaime Duarte e Sónia Pinto Basto, a pedido da Fábrica da Igreja Paroquial de Valongo, um Inventário do Património Móvel da Igreja Matriz desta cidade, que serve de base para a salvaguarda e valorização do património cultural e religioso. Depois deste primeiro estudo, o Instituto da Construção da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (IC-FEUP) fez um trabalho de avaliação estrutural das coberturas e da alvenaria. O relatório foi apresentado em 2006 pelos Prof. Aníbal Costa, Eng.^a Esmeralda Paupério e Eng.^o Tiago Ilharco.

1 | Pormenor da contrafachada
Foto: Padre Jose Alfredo

2 | Estado das pinturas no tecto, sobre o órgão, e contra fachada do coro alto
Foto: Padre Jose Alfredo

3 | Igreja Matriz de Valongo (interior)
Foto: João Camilo

4 | Igreja Matriz de Valongo (exterior)
Foto: João Camilo





3
4



As obras na cobertura (reparação das asnas e reforço de algumas entregas; colocação de um tirante no arco cruzeiro para garantir o confinamento do arco; carregamento da abóboda; colocação de forro, sub-telha e telha) ficaram a cargo da empresa Alfredo & Carvalhido (Valdemar Carvalhido); o restauro das pinturas murais (paramentos laterais, contra-fachada e abóboda da capela-mor), a limpeza da talha dourada e ferro ficaram a cargo da empresa In Situ (Fátima de Llera); e, finalmente, o restauro do órgão de tubos (desmontagem, limpeza, afinação, tratamento das madeiras do coreto) ficou a cargo das empresas Oficina e Escola de Organaria (Pedro Guimarães e Beate von Rhoden Guimarães) e Regra de Ouro (Luis Ferreira). Este instrumento é datado de 1881 e foi fabricado na Inglaterra (Huddersfield) pela empresa Peter Conacher & Companhia.

Estas obras têm também uma grande dimensão comunitária e eclesial e, neste sentido, pode ser citada a biografia do Cardeal Van Thuan – prisioneiro político e profeta da paz – escrita por A. N. Van Chuan (ed. Paulinas) a propósito da sua própria experiência: *“as pedras de uma catedral grandiosa não se tinham alinhado sozinhas, mas o edifício também não resultara apenas do esforço físico. Por detrás do trabalho das mãos (cultura da pedra) existem conhecimentos e técnicas (cultura do papel) e inspiração (cultura do espírito)”*■

Mais em:

<http://igrejadevalongo.wordpress.com>

BIBLIOGRAFIA

- ARQUIVO HISTÓRICO DE VALONGO
- Catálogo do Arquivo Paroquial de Valongo. Valongo, 2011.
- ARQUIVO HISTÓRICO DE VALONGO;
UNIVERSIDADE SÉNIOR ROTARY VALONGO –
Catálogo das Confrarias Paroquiais. Valongo, 2010.
- AZEVEDO, Maria José Coelho
- A igreja matriz de Valongo: Arquitectura 1794-1836. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 1999.
- IC-FEUP
- Relatório de Inspeção - Igreja Matriz de Valongo; 2006
- Relatório de Avaliação do estado das coberturas da Igreja Matriz de Valongo, 2008.
- MINISTÉRIO DA CULTURA, INSTITUTO PORTUGUÊS DOS MUSEUS
- Catálogo do Museu Nacional de Soares dos Reis. Pintura portuguesa: 1850-1950. Porto, 1996.
- MOURATO, António
- Francisco José Resende, Figura do Porto Romântico 1825-1893. Edições Afrontamento, Porto, 2007.
- João Baptista Ribeiro, 1790-1868. Edições Afrontamento, Porto, 2010.
- REIS, Padre Joaquim Alves Lopes
- A Villa de Vallongo. Suas tradições e história, descrições, costumes e monumentos. Porto, 1904.

Sistemas de Incentivo ao Investimento

Alexandra Mendonça | Economista, MBA; Directora da Divisão de Planeamento da Tecninvest

Os sistemas de incentivos ao investimento das empresas são instrumentos fundamentais das políticas públicas de dinamização económica. Neste âmbito, são de realçar os incentivos e recursos financeiros disponíveis para as intervenções de conservação, reabilitação e valorização do património construído, bem com os incentivos de que as empresas do sector da construção poderão beneficiar para o desenvolvimento da sua própria actividade.

O Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) constitui o enquadramento para a aplicação da política comunitária de coesão económica e social em Portugal (período 2007-13). Nele se integram os principais sistemas de incentivos, co-financiados por fundos comunitários.

O QREN está estruturado em Programas Operacionais Temáticos, que se articulam com os Programas Operacionais Regionais. No contexto da conservação e reabilitação do património construído, as oportunidades de financiamento mais relevantes estão associadas a dois Programas Operacionais Temáticos, isto é, ao Programa Operacional Valorização do Território (POVT) e ao COMPETE – Programa Operacional Factores de Competitividade (POFC). O POVT enquadra os principais regulamentos específicos (RE), destinados a apoiar intervenções no domínio da conservação e reabilitação do património construído, com destaque para o REPC (Regulamento Específico do Património Cultural) e para o RE Política de Cidades – Parcerias para a Regeneração Urbana.

Podem candidatar-se ao REPC os organismos da Secretaria de Estado da Cultura, os municípios (e suas associações) e outras entidades públicas ou equiparadas (que tenham como fim o desenvolvimento de actividades culturais), bem como as fundações, associações e outras entidades sem fins lucrativos, que desenvolvam projectos de cunho cultural. A tipologia das operações elegíveis inclui a valorização do património

cultural classificado imóvel; a dinamização, desenvolvimento, animação e divulgação do património cultural; e a conservação, restauro, valorização, estudo e inventariação do património móvel (imaterial e oral). Os incentivos são não reembolsáveis e atingem as taxas máximas de 70% (para as operações localizadas nas NUTS II Norte, Centro e Alentejo) e de 50% (para as operações localizadas nas NUTS II Algarve e Lisboa). No que se refere ao RE Política de Cidades, este integra as Parcerias para a Regeneração Urbana. É de salientar que estas parcerias são “um processo estruturado e formal de cooperação entre entidades, que se propõem elaborar e implementar um programa de acção comum de regeneração de uma área específica de uma dada cidade”.

Cabe aos Municípios (e às suas associações) tomar a iniciativa de estruturar a parceria e liderar a preparação do programa de acção. Este deverá envolver outros actores urbanos, como os serviços da administração central (e outras entidades públicas/ empresas públicas); associações empresariais; empresas privadas (no quadro de parcerias público-privadas); instituições de ensino e formação profissional; centros de I&D; ONG; fundações e associações sem fins lucrativos; e proprietários de património..., que subscrevam o Protocolo de Parceria Local. O incentivo é não reembolsável e, consoante as regiões, pode atingir as taxas máximas de 70% (para as operações localizadas nas NUTS II Norte, Centro e Alentejo), 60% (para as operações localizadas na NUTS II Algarve) e 50% (para as operações localizadas na NUTS II Lisboa).

O COMPETE – Programa Operacional Factores de Competitividade (POFC) disponibiliza um leque diversificado de incentivos ao investimento das empresas, que se enquadram tanto no SI I&DT (Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico), como no SI Inovação, Sistema de Incentivos à Inovação e, ainda, no SI Qualificação de PME, Sistema de Incentivos à Qualificação e Internacionalização de PME. As empresas do sector da construção reúnem condições de acesso ao SI I&DT e ao SI Qualificação de PME, embora não estejam abrangidas no âmbito sectorial do SI Inovação.

O SI I&DT visa intensificar o esforço nacional de I&DT, criando novos conhecimentos, que incrementem a competitividade das empresas e a sua articulação com as entidades do Sistema Científico e Tecnológico (SCT). Para as empresas, com projectos que envolvam incentivos até €1 milhão, os apoios assumem a forma de incentivos não reembolsáveis. Para projectos com incentivos acima de €1 milhão, são atribuídos incentivos não reembolsáveis até €1 milhão. Acima deste valor, os incentivos serão não reembolsáveis, na proporção de 75%, e, reembolsáveis, na proporção de 25%. A taxa base do incentivo é de 25%, à qual podem acrescer diversas majorações, designadamente majoração de 25 pontos percentuais para investigação industrial. Já o SI Inovação destina-se ao fomento da inovação do tecido empresarial, através da produção de novos bens, serviços e processos que suportem a progressão das empresas na cadeia de valor e o reforço da sua orientação para mercados internacionais.

Os apoios assumem a forma de incentivos reembolsáveis (taxa 0%, prazo de financiamento 6 anos, período de carência de 3 anos). O incentivo reembolsável pode ser convertido em incentivo não reembolsável, em função do cumprimento das metas do projecto (até ao limite de 75% do incentivo reembolsável concedido). A taxa base do incentivo é de 45%, à qual podem acrescer diversas majorações. Por fim, o SI Qualificação PME visa a promoção da competitividade das PME, através do aumento da produtividade, flexibilidade e capacidade de resposta no mercado global. Os apoios assumem a forma de incentivos não reembolsáveis, sendo a taxa base do incentivo de 40%, à qual podem acrescer diversas majorações. Os projectos podem ser individuais (promovidos por uma só empresa), de cooperação (apresentados por um grupo ou consórcio de PMEs) ou conjuntos (apresentados, por exemplo, por entidades públicas ou associações empresariais e abrangendo no mínimo 10 PMEs).

O acesso aos sistemas de incentivos do QREN decorre no âmbito de concursos abertos regularmente, através de Avisos/Anúncios, que definem os prazos para a apresentação de candidaturas, do respectivo âmbito territorial e sectorial, bem como os critérios específicos de selecção dos projectos.

Além dos sistemas de incentivos enquadrados no QREN, existem outros programas, cujo financiamento é assegurado inteiramente por fundos nacionais e que merecem ser referenciados no contexto da reabilitação do património. Trata-se do PIT - Programa de Intervenção do Turismo, assente numa Linha de Apoio destinada à valorização turística dos recursos naturais e patrimoniais das regiões, bem como ligada à requalificação dos destinos turísticos tradicionais. Ainda neste contexto, sobressaem os programas de incentivos à recuperação de imóveis, como é o caso do RECRIA (Regime Especial de Participação na Recuperação de Imóveis Arrendados) e do RECRIPH (Regime Especial de Participação e Financiamento na Recuperação de Prédios Urbanos em Regime de Propriedade Horizontal).

Por último, é de assinalar a existência de outras oportunidades alternativas de financiamento, designadamente os programas de iniciativas comunitárias, que co-financiam projectos de cooperação territorial europeia (CTE), como é o caso do Espaço Atlântico, do SUDOE, do MED e do INTERREG IVC, além do EEA Grants, ligado ao mecanismo financeiro do EEE (Espaço Económico Europeu)■

SISTEMA DE INCENTIVOS À QUALIFICAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO DE PME

EMPRESAS INDIVIDUAIS E EM COOPERAÇÃO

OBJECTIVOS E PRIORIDADES

Os projectos deverão estar orientados com vista à promoção da competitividade das PME, através do aumento da produtividade, flexibilidade, capacidade de resposta e presença activa no mercado global.

TIPOLOGIA DOS PROJECTOS

Projectos individuais:

Apresentados a título individual por uma PME;

Projectos de cooperação:

Apresentados por uma PME, ou consórcio liderado por PME.

NATUREZA DOS INCENTIVOS E TAXAS MÁXIMAS DE INCENTIVO

Os apoios assumem a forma de incentivos não reembolsáveis, até ao limite máximo de € 400 000.

A taxa base do incentivo é de 40%, à qual podem acrescer as seguintes majorações:

- Majoração de 5 pontos percentuais para pequenas empresas;
- Majoração de 5 ou 10 pontos percentuais para alguns tipos de despesas;
- Majoração de 10 pontos percentuais para projectos inseridos em estratégias de eficiência colectiva.

PRINCIPAIS CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE DO PROMOTOR E DO PROJECTO

- Os promotores devem desenvolver actividades económicas no domínio da indústria, energia, comércio, construção, turismo, transportes e serviços; cumprir os critérios subjacentes de Pequena e Média Empresa (PME); dispor de um rácio de autonomia financeira não inferior a 0,15;
- Os projectos devem ter um mínimo de despesas elegíveis de 25 000 euros, com um período de execução máxima de 2 anos.

DESPESAS ELEGÍVEIS

São susceptíveis de apoio a investimentos em activos corpóreos e incorpóreos, relacionados com:

- Propriedade industrial;
- Criação, moda & design;
- Desenvolvimento e engenharia de produtos, serviços e processos;
- Organização e gestão e tecnologias de informação e comunicação;
- Qualidade;
- Ambiente;
- Inovação;
- Diversificação e eficiência energética;
- Economia digital;
- Comercialização e marketing;
- Internacionalização;
- Responsabilidade social e segurança e saúde no trabalho;
- Igualdade de oportunidades.

Para mais informações sobre estes e outros sistemas de incentivos poderá contactar os serviços técnicos do GECORPA ou consultar o website oficial do QREN www.qren.pt, o qual disponibiliza links para todos os Programas Operacionais Temáticos e Regionais.

Conservação e Restauro: Uma receita para a CRISE!?

José Cornélio da Silva | Arquitecto

***É curioso como a
Conservação e o
Restauro do ponto de
vista económico é tão
mal compreendida.
Lá vai o tempo em que
se recorria ao sapateiro
ou à costureira,
para se aproveitar
ainda um par de
sapatos ou esticar o uso
de uma peça de roupa...
Encerar o chão, pintar
uma janela, cair um
muro...***

No entanto, também é verdade que nunca houve tantos MBA's e conhecedores analistas da teoria económica e financeira, criadores "fabulóticos" de espirais de crescimento eterno!!!!...todavia o resultado apresenta-se....e é devastadoramente desastroso.

Mas não vale ficar a rir (ou chorar!!!!) desses gestores sem resultados...o mesmo acontece na área da conservação e restauro dos edifícios...

Quantas vezes se "mata" a obra, justamente tornando-a insustentável na reparação, convidando antes à demolição...quantas vezes o cidadão comum acaba por preferir "obra nova" em lugar do bom senso da reparação, por definição menos dispendiosa...Importa saber como e quando e sobretudo o resultado final que não deixa de nos surpreender...no fim o restauro não é despesa, mas sim investimento e gerador de economias de escala e dinâmicas económicas.

Eis aqui lançados os dados do tema que este texto se propõe responder.

Na economia do antigo regime a necessidade do "novo" era sempre entendida como algo a "provar" e com razão. De facto a tradição consuetudinária

da história, levava o comum dos cidadãos a não arriscar o seu pecúnio arduamente ganho em "algo" que não tivesse provado utilidade e valor. Assim, nunca foi posta em causa a "novidade" que afinal esteve sempre possível, mas considerada *ponderada excepção*, num princípio racional de controle de custos e resultados.

Para quê despender permanentemente, quando se poderia fazer de uma só vez...e bem.

Conduzir água num aqueduto representava uma obra dispendiosa, longa e de grande durabilidade e fruição, mas a sua utilidade permanente tinha que ser garantida pela solidez da estrutura e também pela salubridade da condução da água. Segundo a tradição romana a caleira em mármore, para conduzir a água, era também fundamental, pois a temperatura da nascente era praticamente transportada até ao consumidor. (Quanta boa água se perde pela "moleza" da temperatura conduzida pelo tubo de PVC preto?)

No que toca às grandes obras cívicas, os romanos deram as melhores lições na boa invenção e gestão do edificar, de outro modo seria impossível estender e crescer a fruição do espaço urbano e do império a tantos povos. A factura dos custos de manutenção



seria impossível!...até aqui não é necessário nenhum mestrado, apenas “Bom-Senso”!

É claro que todas as arquitecturas eruditas e depois as populares se fundamentaram nessas técnicas duradouras e de contida manutenção. Não fosse isso, o espaço urbano do castro ibérico e da aldeia gaulesa, sujeitas a permanente manutenção e sem perspectivas de durabilidade, jamais teria possibilidade de evoluir como centro permanente de uma comunidade organizada. O mesmo sucederá com os bairros clandestinos e abarracados, condenados a manutenções permanentes e de custos elevados.

A arquitectura militar e religiosa constitui, na Idade Média, a primeira base séria de uma ciência da edificação. De facto, ainda hoje, castelos, catedrais e igrejas (abertas ao culto ou não) continuam a qualificar uma paisagem, uma cultura, uma identidade, e por isso também passaram ao valor económico de fonte de interesse turístico, para além do seu motivo original referencial.

Se esses vetustos testemunhos requeressem a manutenção que hoje o nosso parque edificado exige, seria rigorosamente impossível de manter. Teríamos que os demolir para deles não termos a despesa de manutenção...tal como ocorre com os pardieiros industriais nas grandes metrópoles, arrasados para conter a degradação, a salubridade, a contaminação e a higiene social...

Ora regressemos então ao Renascimento. Se os tratadistas italianos não tivessem ido ao fórum romano estudar a qualidade da edificação de Trajano e Hadriano e depois reproduzido a natureza da forma e os moldes de edificação, não teríamos hoje os grandes núcleos urbanos que formam a unidade cultural, uma espécie de “alma” que

define e caracteriza a entidade urbana das grandes capitais. Foram eles os divulgadores das tecnologias da edificação pela Europa e depois pelo mundo. Ao cumprirem-se regras continuadas de edificação, naturalmente evoluindo à medida dos avanços tecnológicos das gerações, conseguiu-se acumular uma herança que sem profundos gestos de manutenção se mantém como acompanhamento e “recheio”, ou “pleno-urbano” nos grandes quarteirões das nossas cidades históricas. Essa massa edificada, à parte os tratamentos de superfície e adaptações funcionais ou de higiene continuam a servir de hospitais, escolas, universidades, museus, lojas, armazéns, habitação, etc...

Naturalmente com a pacificação histórica dos reinos europeus e a consolidação dos grandes centros capitais dos estados, cresceram as cidades, interligaram-se, e nos avanços tecnológicos criaram-se soluções que sempre permitiam alojar mais gente de forma continuada. A obra pública também foi crescendo.

Mais tarde, durante o século XVIII, foi-se estendendo este modelo às colónias europeias e ao mundo, transpondo-se um modelo urbano ocidental já destilado, mas todavia com origem na urbe romana e no fórum.

Pelas razões conhecidas, o modelo ocidental vingou sobre os modelos indígenas, contribuindo estes para um corolário fundamental na arquitectura que são as artes decorativas no seu todo. Embora o modelo organicamente fosse ocidental, todavia as culturas locais imprimiam a diferença e a identidade, diversificando, criando a diferença.

Neste contexto, ao ser utilizada como base a energia petrolífera e a vulgarização da deslocação com base no automóvel,

introduzidas que foram tecnologias de informação globais e virtuais, também com base na electricidade, julgo ter-se afastado o paradigma que nos regia, para apenas surfarmos a mesma monótona “onda” da novidade e gozarmos uma aparente e fugaz “libertação”, impondo a criatividade e a engenharia dos homens contra as leis do universo, que afinal sempre foram a inspiração da denominada arquitectura tradicional.

Fala-se agora de sustentabilidade. Trata-se apenas de uma verdade que frequentemente se distorce: só é possível manter em longo prazo, aquilo que é sustentável, que pode ser fruível sem endividamento, isso sim representa o insustentável! Ora tudo o que representa o arrepio das leis do universo é insustentável! Telhados invertidos, jardins verticais, materiais sujeitos a incompatibilidades físicas ou químicas, fachadas envidraçadas, etc. É muito fácil avaliar tudo isto pelos custos irracionais e verdadeiramente insustentáveis, dos novos grandes centros urbanos do médio oriente, e todavia são produtores de petróleo....que acontecerá quando este cash-flow acabar?

Novos materiais, novas experiências, a novidade, passou a ser, não a excepção mas a regra de uma nova dinâmica económica e social, essa sim, insustentável com a qual nos debatemos hoje! Como vai ser possível manter a simples iluminação das auto-estradas do país quando caírem ainda mais as receitas...isto é o insustentável. Todavia, o antigo é velho e até o meu computador com alguns meses “já é velho como a sé de Braga”!!!!...engano!...Os custos de manutenção mensais da Sé de Braga são bem mais baixos que os custos de um edifício contemporâneo, o envelhecimento de um, corresponde a caducidade do outro, a patine do primeiro, corresponde à sordidez e decadência do outro...



Existe portanto uma Boa Regra no edificar, que por razões especulativas se degradou, chegando hoje a um resultado em que, em larga escala, as periferias das nossas cidades históricas são amontoados de entulho em lugar de novos centros urbanos. O seu ritmo de degradação devora todos os possíveis orçamentos municipais em prejuízo daquilo que é a cidade nuclear, porque se edificou o insustentável.

Parece ser politicamente incorrecto, mas é apenas uma clara verdade - trata-se apenas de um facto: **Quando se perde um centro histórico perde-se uma cidade!...**

Se a verdade é essa descrita, que dizer do valor económico dos materiais e da mão de obra? No centro histórico os materiais são o espelho da natureza geográfica do local nas suas várias vertentes, mineral e vegetal. O domínio do meio pelo homem espelha-se na variedade das artes decorativas que complementam a arquitectura e que requereram a sua mão de obra dedicada e apaixonada.

Já as periferias são o resultado de uma dinâmica económica especulativa, desinteressada do indivíduo enquanto ser humano, desinteressado da vontade de fazer cidade, mas apenas baseado no parqueamento interessado da massa de mão de obra disponível, reduzida a funções de dormir, comer e trabalhar. A recuperação de um centro histórico, através de políticas directas de conservação e restauro, tem como objectivo principal o reencontro positivo do cidadão com o meio que lhe é próprio e onde vive e trabalha. Cria-se estímulo, orgulho, vontade de viver e

de progredir, porque essa identidade original é reentendida e sublinhada, como a ribeira que regressa depois das cheias ao seu leito original. Como se tratasse em linguagem informática de *reset-start again!* Dispensou-me de tratar este ponto pela extensíssima bibliografia e publicações científicas sobre o tema do ponto de vista político. Basta apenas recordar o restauro de Atenas por Péricles no século V a.c. para atestarmos da vetustez do tema!

Mas a recuperação urbana como actividade e dinâmica económica é outro contexto bem diferente e gerador de realidades bem físicas como o crescimento económico por via da criação de escoamento de produtos de origem regional e nacional, de criação de pequenas e médias empresas fornecedoras de mão de obra, produtos e serviços. Em boa verdade, todos os intervenientes, na maior parte receptores de parcelas do investimento, acabam por, na realidade, colocar dinheiro na mão das famílias, que naturalmente habitarão nessa cidade. E nela farão a sua vida económica também.

Num estudo efectuado há alguns anos pelo Dr. Christian Ost para a então CEE, tinham sido avaliadas variáveis económicas contabilizáveis para a construção de soluções de investimento na área do Restauro. Consistia esse estudo em tomar dois exemplos de intervenção monumental, o restauro da Catedral de Chartres e do Monte San Michel. Foram efectuadas apenas análises de ordem económica, procurando entender o percurso de cada euro investido, por onde ele seguia, onde se reflectia, onde gerava poupança, onde gerava investimento, quando e em que tempo se reflectia na

economia doméstica dos habitantes...

Esse estudo, que muito me interessou e que sempre vi descartado, trazia afinal uma realidade que na altura não interessava às multinacionais e às *corporations* preocupadas em reduzir a variedade de oferta dos produtos, à custa da destruição da diversidade e da pujança económica e equidade social de distribuição de rendimentos que essa permitia.

Na verdade, quando me ocorre que na construção moderna o final da linha acaba sempre na internacional do betão, na internacional do aço e na internacional do vidro, já que a mão de obra, quase escravizada e pouco especializada acaba por ser frequentemente importada, entende-se que as grandes obras já não beneficiam directamente os locais onde se implantam... Assim qualquer estádio ou grande obra pública que custa sempre muitos milhões, representa de facto uma verdadeira fuga de capitais, ficando para os cidadãos apenas o pagamento dos impostos para liquidar esse suposto "investimento"!...No entanto já o fornecedor de telha de canudo, de serralharia, de carpintaria, etc., as empresas de mão de obra mais especializada e nacional, que contribui nas várias vertentes da intervenção do restauro, acabam por levar para as famílias o fruto do seu trabalho, estimulando depois o comércio local e numa economia de escala o consumo nacional. Segundo o estudo de Christian Ost cada criação de emprego na área do restauro de edifícios significa um efeito multiplicador triplo, isto é, gera dois empregos na área de bastidor de fornecedores, produtos e serviços.



O argumento do custo do restauro é um falso argumento. Aceitam-se perdas colaterais colossais na actividade financeira que não ocorrem nos investimentos de conservação e restauro, pois o mercado não é só directo mas também indirecto. Quer isto dizer que, para além de melhorar a cidade nas vertentes sociais e económicas, ela alarga-se às actividades turísticas...o que é um centro histórico senão o verdadeiro e original “centro comercial” sustentável ao contrário dos artificiais que empobrecem os comerciantes pelos pesados custos de funcionamento e os cidadãos pela pesada pegada de despesa urbana...

Um economista italiano, ao estudar os recipientes da enorme despesa que constituiu na época o túmulo da Princesa Pallavicini na Igreja de Sta. Maria del Popolo, observou que os gastos foram cair directamente no bolso dos artistas e fornecedores de mármore, pedras semi-preciosas, bronze, permitindo uma transferência de liquidez geradora de estímulos de crescimento social e económico. Não tenho visto o mesmo resultado nos “Grand-Travaux” dos últimos governos, resultado que seria atingível se esses investimentos fossem dirigidos não aos grandes conglomerados e multinacionais, mas antes aos profissionais, às pequenas e médias empresas, onde essa liquidez de investimento acabaria por SUSTENTAR os centros urbanos pelo estímulo económico de percolação de liquidez.

Só assim se entende o investimento público a criar emprego e a dinamizar a economia, através de uma verdadeira política de

SUSTENTABILIDADE na promoção da conservação e restauro dos centros urbanos e dos monumentos.

Escrevo esta reflexão na esperança que ela venha a despertar uma outra linguagem e uma outra atitude, para não regressar à mesma céptica postura em que também Alexandre Herculano se colocou por meados do século XIX escrevendo:

...“é a Economia a Ciência do nosso tempo: - Todos falam em capitais, em indústria, em riquezas sociais, em valores: mas que serão os velhos edifícios; que serão essas admiráveis máquinas de mármore e de granito? São resultado ou produto da concepção, da aplicação, e da execução: são portanto, uma riqueza social: e porque e para quê aniquilais vós essa riqueza? Dado que ela representasse um capital morto, devereis acaso lançar este fora? Todavia um monumento, recomendável como objecto de arte, é um capital produtivo. Calculai quantos viajantes terão atravessado Portugal durante um século. Certo que não é para correrem nas nossas cómodas diligências por nossas belas estradas, ou navegarem nos nossos rápidos vapores por nossos espaçosos canais: certo que não é para aprenderem a agricultar com os nossos agricultores; nem fabricar com os nossos fabricantes; mas para admirarem o mosteiro da Batalha, o templo romano de Évora, o Castelo da Feira, a colegiada de Guimarães, o convento de Belém, e enfim, tantas obras primas de arquitectura que encerra este cantinho do mundo. E dizei-nos: credes que o estrangeiro alcança o fim da sua peregrinação sem despendar muito ouro? Ignorais que esse ouro se derrama por mãos de portugueses?

E falai vós outros de Economia Política; e aniquilais o capital dos monumentos?” (publicado no Relatório da Comissão Nomeada por Decreto de 10 de Novembro de 1875 para a reforma do ensino artístico e a organização do serviço dos museus, monumentos históricos e arqueologia)...

Surpreende-nos pois, que muitos destes recentes e conhecidos MBA's não tenham alcançado esta verdade económica, já adivinhada e tão clara para Herculano. Na verdade, foi com frequência que publicou na revista “O Panorama” artigos sobre o modo em que eram destruídos e sacrificados os monumentos em Portugal, (até retirar-se desiludido, em Vale de Lobos, Santarém), desfechando sobre os grosseiros políticos do liberalismo críticas bem severas que se tivessem caído em solo fértil até teriam com certeza evitado as posteriores críticas de Eça de Queiroz que economicamente já nos comparava à Grécia em 1872...será que à terceira é de vez?

Ilustração | pág.40 à 43 (esq. p/ direita) José Cornélio da Silva, Arquitecto; Templo de Diana, Évora; Aqueduto das Águas Livres, Lisboa; Castelo da Feira, Santa Maria da Feira; Mosteiro de Santa Maria da Vitória, Batalha; Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, Alcobaça; Castelo de Óbidos, Óbidos; Estátua de D. Afonso Henriques e Castelo de Guimarães, Guimarães



Certificar para construir Confiança

Paula Pereira | Engenheira, Directora do Bureau Veritas Certification

Desde sempre, o termo certificar liga-se ao conceito de “reconhecimento” ou à “confirmação de que algo é verdadeiro”, ambos sinónimos de credibilidade e rigor.

Segundo dados do INE, o indicador de clima económico diminuiu em Agosto, atingindo o valor mais baixo, desde Maio de 2009. Estamos em pleno período de recessão, tornando-se imprescindível apostar na credibilidade dos nossos produtos e serviços, bem como no seu reconhecimento internacional.

A certificação pode constituir um elemento importantíssimo para essa diferenciação e reconhecimento. Para responder a esta necessidade do mercado, o Grupo Bureau Veritas desenvolveu um vasto leque de serviços de certificação.

Fundado em 1828, Bureau Veritas é um grupo internacional que actua nos domínios de avaliação de conformidade e de certificação aplicados às áreas da Qualidade, Ambiente, Saúde e Segurança, bem como da Responsabilidade Social. Actualmente, está presente em 140 países, através de uma rede de mais de 930 escritórios e 330 laboratórios. Todos os dias, cerca de 48 mil colaboradores servem mais de 400 mil clientes a nível mundial. O Bureau Veritas é reconhecido e acreditado pelos Organismos nacionais e internacionais de referência.

Em Portugal, o Grupo dispõe de um quadro permanente de profissionais, com experiência reconhecida em diferentes áreas especializadas, que vão desde os ramos de engenharia electrotécnica e instrumentação, passando pela mecânica, metalúrgica, naval, civil, qualidade, química e ambiental, até aos transportes marítimos, economia e gestão.

As actividades do grupo visam inspeccionar, testar, auditar ou certificar produtos, activos (infra-estruturas industriais, equipamentos, navios e edifícios, etc.) e sistemas de gestão, nomeadamente Normas ISO, em conformidade com referenciais regulamentares ou voluntários.

Às organizações que optam pela certificação Bureau Veritas é concedida a utilização do seu logo, cuja estrutura é bem representativa dos valores e princípios que regem a sua actuação:



1 Espelho = Imparcialidade

2 Tocha = Conhecimento

3 Navio = Internacionalização

4 Silhueta = Verdade

5 Caduceu = Mercado

6 Galo = Vigilância

7 Globo = Universalidade

8 Balança = Justiça

9 1828 = Longevidade

10 Selo = Garantia



A certificação pode ser aplicada ao sector da construção de acordo com inúmeros referenciais e devendo ser seleccionada segundo os objectivos de cada organização e dos requisitos do mercado onde opera. Pode abranger três grandes domínios: certificação de sistemas de gestão; de produtos/serviços e de pessoas.

No domínio das certificações de Sistemas de Gestão, merecem especial destaque as certificações ao nível da Qualidade, Ambiente e Segurança. No final de 2010, cerca de 1069 certificados destinaram-se ao sector da construção: 843, em SG Qualidade; 105, em SG Ambiente e 121, em SG Segurança. (“Guia de Empresas Certificadas em Portugal 2010/11”). Perante este contexto, o sector da construção torna-se um dos mais significativos do nosso país, representando 11,8% do total das empresas certificadas e ocupando o segundo lugar do ranking sectorial. Em primeiro lugar encontra-se o sector do comércio, reparação de veículos automóveis, motociclos, bens de uso pessoal e doméstico, representando uma quota de 15,2%, face ao número total de empresas certificadas em Qualidade, Ambiente e Segurança. Estes resultados ilustram bem o peso significativo do sector da construção no panorama nacional da certificação em sistemas de gestão.

No domínio da certificação de produtos e Marcação CE, o sector da construção assume também presença significativa. O Bureau Veritas Certification é organismo notificado pelo IPQ para a Directiva 89/106/EEC – Construction Products (agregados, betuminosos e geotêxteis) e é acreditado pelo IPAC para o Controlo da Produção de Betão, assim como para a certificação do Serviço de Manutenção de Extintores.

“

A construção tem que encontrar o equilíbrio entre a sua actividade, o meio ambiente onde se insere e o bem-estar, além do conforto dos futuros utilizadores.

”

Para além das certificações acima mencionadas, constituindo o grande mercado da certificação no sector da construção, outras iniciativas de certificação estão a surgir, podendo também contribuir para a credibilização dos operadores da construção.

A título ilustrativo, refira-se a certificação no domínio dos Sistemas de Gestão da Responsabilidade Social (SA 8000), que garante às empresas do sector (e às suas organizações) uma orientação regida por princípios éticos e de acordo com a legislação laboral aplicável, salvaguardando a inexistência de trabalho forçado, discriminação, trabalho infantil, entre outros. Esta certificação poderá certamente contribuir para reafirmar uma imagem de ética e credibilidade associada ao sector da construção. Outro exemplo a referir é a certificação

da Construção Sustentável, que em Portugal ainda não tem expressão mas, por exemplo, no Brasil, começa a dar os primeiros passos. Estas certificações são reconhecidas pela entidade norte-americana Green Building Council (certificação LEED) ou pela entidade brasileira Vanzolini (certificação AQUA). Estes referenciais de certificação são específicos para o sector e avaliam a sustentabilidade de uma determinada construção (recursos consumidos, emissões de carbono e resíduos gerados pelas edificações, bem como o conforto e a saúde das pessoas que convivem nos espaços, entre outros). A construção tem que encontrar o equilíbrio entre a sua actividade, o meio ambiente onde se insere e o bem-estar, além do conforto dos futuros utilizadores.

Outra curiosidade em termos de certificação é a marca “Qualicities”, desenvolvida em França, destinada às cidades históricas e culturais. Refere-se ao reconhecimento de qualidade que avalia o desenvolvimento sustentável das cidades históricas e culturais na Europa. Não se trata de um reconhecimento específico para o sector da construção, no entanto, as cidades candidatas terão que, obrigatoriamente, encontrar no mercado empresas de construção e reabilitação habilitadas para este desafio. A cidade de Évora já obteve este reconhecimento.

Certificar e investir na ética e credibilidade são investimentos importantes para qualquer sector, e o da construção não é excepção. O momento actual exige diferenciação e capacidade de internacionalização. “Estar certificado” é um passaporte para os mercados internacionais. Há que procurar novos desafios■

Polo Científico, Cultural e Artístico da Cidade

António Sampaio da Nôvoa | Reitor da Universidade de Lisboa

Contra toda a inércia, o Museu Nacional de História Natural e da Ciência aposta na valorização do seu edifício histórico e científico, pretendendo posicionar-se como a “cidade das artes e das ciências”

Ao longo dos últimos anos, intensificaram-se as actividades culturais e artísticas ligadas aos “Museus da Politécnica”, agora Museu Nacional de História Natural e da Ciência. Terá esta dinâmica cultural e artística contribuído para o incentivo das obras de recuperação e renovação deste museu?

Claro que sim. A Universidade de Lisboa tem a ambição imensa de transformar este espaço num dos principais pólos científicos, culturais e artísticos da cidade. Geograficamente, estes seis hectares situam-se no centro de Lisboa. Agora, é preciso pôr o coração da cidade a bater neste espaço magnífico.

Ao nível da conservação do património histórico-científico, quais foram os maiores desafios encontrados, nomeadamente no que se refere à reabilitação do *Laboratorio Chimico* (obras iniciadas em 1998) e, em anexo, ao Laboratório e Anfiteatro (aberto em 2007), assim como aos espaços anexos ao Laboratório (coleção de química)?

Para a recuperação do *Laboratorio Chimico* ainda foi possível obter o apoio do Programa

POC-Cultura e da APIFARMA, além de outras entidades. Depois de 2007, tudo tem sido feito à custa das energias da Universidade de Lisboa. Há um enorme descuido com o património em Portugal. Este laboratório e o anfiteatro anexo são um exemplo notável dos grandes laboratórios de ensino e de investigação das universidades europeias. A sua beleza proporciona uma atmosfera única, como bem sentiu quem aqui esteve, há pouco tempo, numa série de concertos a propósito do Ano Internacional da Química.

Quanto ao Observatório Astronómico, qual é o seu valor arquitectónico e científico?

O Observatório Astronómico tem duas características que merecem destaque. Por um lado, é um elemento central do Jardim Botânico. Nas primeiras fotografias, do séc. XIX, percebe-se que é a partir dele que o jardim vai crescendo. Por outro lado, é um observatório de ensino, um dos poucos que foi preservado na Europa. A Universidade de Lisboa candidatou-se ao Fundo de Salvaguarda do Património Cultural (Ministério da Cultura) e teve uma excelente classificação. Mas, agora, dizem-nos que o dinheiro não existe... Como agir sem um Estado presente, sem entidades privadas ou mecenas interessados e com uma frágil cidadania patrimonial? A Universidade tem ido além das suas forças, tem ido além da dor, porque estamos bem cientes de que nada vale a pena se não formos capazes de valorizar o nosso património.





Quais as sinergias existentes entre as colecções e a conservação do edificado?

O trabalho das colecções é mais invisível mas, sem ele, nada faz sentido num museu. O que nos distingue de muitas outras instituições, como, por exemplo, o Pavilhão do Conhecimento, são justamente as nossas colecções e o nosso património. Precisamos de os valorizar e de lhes dar uma nova visibilidade do ponto de vista expositivo. A ciência não existe sem uma relação forte com o público. A exposição de Pedro Portugal, *Gabinete da Politécnica*, é um exemplo notável da relação entre a arte e a ciência e das novas possibilidades de chamar a atenção para as colecções científicas.

Sobre o túmulo de Fernão Telles de Menezes, qual a sua importância no contexto global do património edificado e artístico dos museus?

Foi uma descoberta extraordinária. Como foi possível um túmulo desta importância, do início do séc. XVII, ter estado emparedado numa pequena casa de função durante décadas?! Agora, o túmulo vai ser recolocado, com todo o cuidado e com a supervisão das entidades competentes, no átrio de entrada do Museu, bem perto do lugar ocupado pelo altar da antiga igreja. E aqui poderá ser devidamente apreciado. Apoios? Nada.

Quanto ao Jardim Botânico, quais os riscos e perspectivas?

É o Jardim Botânico que valoriza e dá sentido a todo o espaço, na sua relação com a ciência e com a cidade. Bem-amado nas palavras, mal-amado nos actos. É preciso combater os tubarões do betão e os venenos que tudo vão paralisando. Neste momento, o risco maior é a inércia, é que o jardim continue na mesma. Mas estamos a dar-nos com tamanha entrega a este projecto que as pessoas vão acabar por compreender e apoiar-nos nesta reconquista do jardim para a cidade.

2 | Observatório Astronómico da Escola Politécnica



Qual a sua visão sobre o novo enquadramento legal para os financiamentos e apoios na reabilitação?

Neste momento, nada parece muito fácil. O nosso programa é transformar todo o espaço da Politécnica (Jardim, Museu, Picadeiro, Teatro da Politécnica, Alameda das Palmeiras, etc.) numa “cidade das artes e das ciências”, com vida cultural, lugares de passeio e de convívio. A viabilidade de todo este programa passa pela vida que lhe conseguirmos dar, pela nossa capacidade de animar toda esta área. O Estado não tem dinheiro, mas pode ajudar, e muito, a promover candidaturas a fundos internacionais e a estimular apoios privados.

De que forma o Museu se deseja posicionar?

Queremos ser os parceiros portugueses das redes de museus de História Natural e queremos desempenhar um papel central na história da ciência. Temos um património único, no centro histórico de uma grande capital europeia, rodeado pela preciosidade que é o Jardim Botânico. Não há igual no mundo. Os congressos internacionais aqui realizados durante este ano de Comemorações do Centenário da Universidade de Lisboa mostram bem que estamos no caminho certo.

Quais os factores de risco do património e que iniciativas para os suplantar?

Em Portugal, os principais riscos foram sempre o descuido e a incúria, que também são fruto da nossa impreparação cultural e da nossa escassez de recursos. Fala-se muito dos incêndios (e aqui houve vários de grandes proporções), dos terremotos, das inundações ou de outras catástrofes. Mas o pior é esse “fogo diário” que tudo vai queimando debaixo dos nossos olhos e perante a nossa complacência. Temos a obrigação de nos indignar, também, em relação ao património■



3 | Anfiteatro de Química da Escola Politécnica (séc. XIX) (foto P. Cintra, arquivo Museus da Universidade de Lisboa)

4 | Laboratório Chimico da Escola Politécnica (séc. XIX) (foto P. Cintra, arquivo Museus da Universidade de Lisboa)



Asseguramos o Controlo Técnico da Qualidade em Obra

Cada vez mais e com maior intensidade, a sociedade exige aos Promotores e Empresas melhor controlo dos seus produtos e serviços, assegurando ao construtor e utilizador a cobertura de possíveis sinistros. Neste âmbito, o Bureau Veritas presta serviços como Organismo de Controlo Técnico (OCT) e tem como objectivos garantir a qualidade da obra e informar as companhias seguradoras sobre os riscos presentes na cobertura do seguro decenal.

Para além do Controlo Técnico de Qualidade, o Bureau Veritas presta uma ampla gama de serviços relacionados como:

- Assessoria técnica na construção
- Peritagens e auditorias técnicas
- Gestão de projectos
- Estudo de patologias
- Segurança em obra
- Technical Due Diligence
- Certificação energética de edifícios
- Construção sustentável (LEED, BREEAM, GREEN RATING)
- Acústica

A inspecção por uma terceira parte independente proporciona uma mais-valia na análise dos riscos técnicos e valor acrescentado para o seu negócio, minimizando custos futuros referentes a sinistros.

Bureau Veritas Portugal

www.bureauveritas.pt

info@pt.bureauveritas.com

N.º Nacional 707 200 542



**BUREAU
VERITAS**

Move Forward with Confidence

Um Sistema de Qualificação para a Reabilitação do Edificado e do Património

Vítor Córias | GECORPA

De actividade subsidiária do sector da construção, a reabilitação do edificado e da infra-estrutura construída, isto é, a extensão da vida útil das construções através da sua reparação e adaptação a novos requisitos, tem vindo a conquistar uma importância crescente.

Ao mesmo tempo, a conservação do Património cultural construído – os monumentos e os edifícios históricos – vem assumindo uma importância crescente para a economia global do País e está cada vez mais presente nas preocupações e expectativas dos cidadãos. Em consequência, estas duas áreas do sector da construção têm vindo a destacar-se e a ganhar identidade própria.

Geralmente, a reabilitação do edificado é mais complexa do que a construção corrente, exigindo das empresas metodologias e tecnologias apropriadas. Tais exigências acentuam-se quando está em causa o Património, em relação ao qual a postura dos vários agentes tem de ser radicalmente diferente. O sucesso das intervenções de reabilitação do edificado e, sobretudo, o da conservação e restauro do Património, fica seriamente comprometido se essas intervenções não forem entregues a empresas com a necessária qualificação.

Contudo, o actual regime de qualificação das empresas de construção — a “lei dos alvarás”, além de se aplicar apenas às empresas executantes das intervenções e de ter sido concebido a pensar na construção nova, não tem em conta, na avaliação da capacidade técnica das empresas, a qualificação do pessoal executante dos trabalhos – os encarregados e os operários¹.

A reduzida exigência, quanto à capacidade técnica da generalidade dos agentes, não permite assegurar a eficácia e durabilidade das intervenções, logo a boa aplicação dos recursos financeiros públicos e privados é incompatível com uma posição responsável face aos requisitos da salvaguarda do Património.

O procedimento “Concurso limitado por prévia qualificação”, e, também, o procedimento “Ajuste directo”, permitem restringir tal acesso, mediante o estabelecimento, pela entidade adjudicante, de um conjunto de **requisitos complementares** à simples detenção de alvará. No entanto, a evidênciação, pelos concorrentes, da satisfação desses requisitos e a verificação, pelas entidades adjudicantes, daquela satisfação, constituem tarefas morosas.

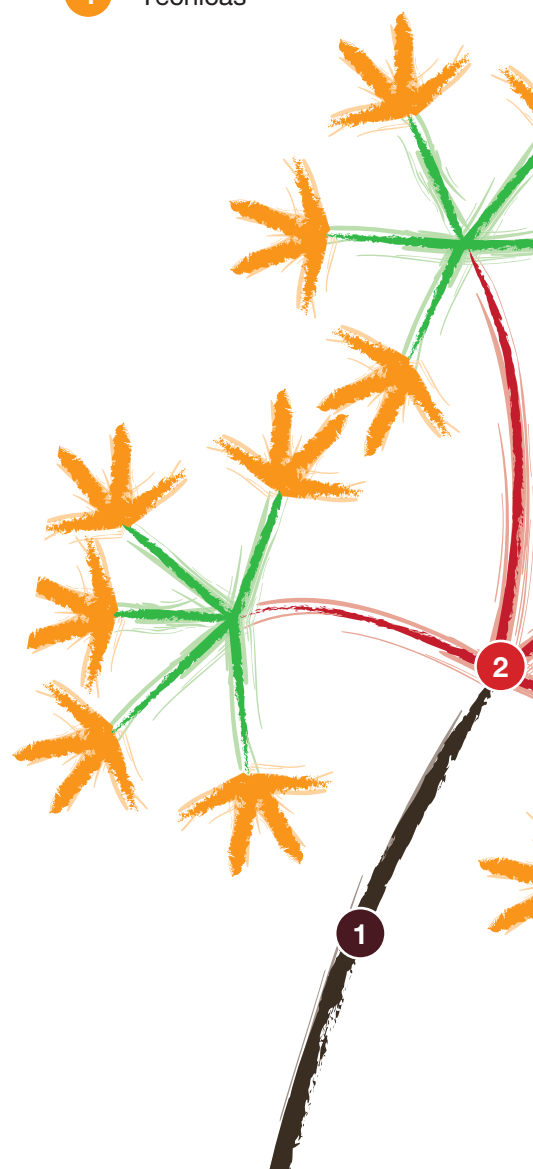
Baseando-se na experiência dos seus associados, adquirida ao longo de várias décadas, o **GECORPA – Grémio do Património** promoveu o desenvolvimento do SISTEMA DE QUALIFICAÇÃO PARA A REABILITAÇÃO DO EDIFICADO E DO PATRIMÓNIO, (SQREP), que faz depender o acesso de uma determinada empresa à execução de intervenções destas áreas do cumprimento de um conjunto de requisitos específicos que incidem sobre a qualificação dos recursos humanos nela disponíveis e a sua estrutura organizacional.

O SQREP começou por sistematizar a actividade das empresas do sector em apreço dividindo-a por três grandes Grupos, correspondentes a outras áreas de actividade da fileira da REP:

- I. Projecto e consultoria
- II. Inspeções e ensaios
- III. Execução (empregueiros e subempregueiros)

Em cada um destes Grupos, a actividade das empresas foi dividida em Ramos de actividade que, por seu turno, foram subdivididos em Especialidades, consoante as competências técnicas disponíveis pelas

- 1 Ramo de Actividade
- 2 Especialidades
- 3 Tipos de trabalho
- 4 Técnicas



empresas. As especialidades subdividem-se, por sua vez, em Tipos de trabalho e Técnicas (Figura).

Por exemplo, no caso das empresas que executam as intervenções (empregueiros e subempregueiros) são considerados quatro ramos de actividade:

1. Reabilitação construtiva e estrutural
2. Reabilitação das fundações
3. Reabilitação das instalações e sistemas
4. Reabilitação técnico-artística.

O desenvolvimento do sistema envolve quatro etapas:

1. Sistematização das actividades especializadas, constituindo os serviços prestados pelos grupos de agentes envolvidos;
2. Definição de um conjunto de figuras profissionais, ligadas aos vários níveis de qualificação², essenciais quer para a correcta execução dessas actividades, quer para o seu planeamento, gestão e coordenação, dentro de um contexto empresarial;
3. Definição das relações entre as diversas actividades e figuras profissionais para elas vocacionadas;

4. Criação de uma aplicação via Internet, para operacionalizar os procedimentos.

O SQREP destina-se a cinco tipos de parceiros interessados no sector da reabilitação do edificado e da conservação do Património:

1. Entidades utilizadoras dos serviços das empresas qualificadas, em particular as entidades adjudicantes de trabalhos de REP;
2. Empresas a qualificar: fornecedoras de serviços de REP, dos três grupos acima referidos;
3. Profissionais a qualificar: técnicos superiores e intermédios, designadamente os profissionais pertencentes ou não aos quadros das ditas empresas;
4. Entidades formadoras: acreditadas e interessadas em disponibilizar acções de formação;
5. Entidades certificadoras de pessoas: acreditadas, que possam oferecer programas de certificação dos técnicos interessados

A cada caso concreto, a aplicação do SQREP faz-se em dois tempos:

1. Qualificação, com base na formação e experiência dos recursos humanos da empresa, envolvidos no planeamento, gestão, coordenação e execução dessas actividades, através da atribuição (a cada um) de uma ou mais figuras profissionais;
2. Qualificação da empresa em especialidades, consoante a qualificação dos recursos humanos por elas detidos e em classes de capacidade, consoante o número desses recursos humanos.

As vantagens do SQREP para as entidades adjudicantes são óbvias: em lugar de estabelecerem requisitos complementares e avaliarem o seu cumprimento pelos concorrentes, as entidades adjudicantes podem limitar-se a escolher, na grelha classificativa do sistema, os ramos de actividade e as especialidades que melhor se adaptam à natureza dos trabalhos a realizar. O SQREP torna possível o acesso *on line* a informação sobre as competências das empresas qualificadas e dos recursos humanos por elas possuídos. Para as empresas prestadoras de serviços de REP as vantagens são igualmente evidentes: ao possibilitar às entidades adjudicantes o acesso à informação sobre as competências das empresas fornecedoras, o SQREP evita a necessidade de transferir documentação de suporte para as plataformas, permitindo uma grande simplificação e economia de recursos na resposta aos procedimentos

de pré-qualificação. Os profissionais do sector podem, também, retirar importantes vantagens do SQREP, ao verem reconhecidas, valorizadas e divulgadas as suas competências.

O SQREP enquadra-se no previsto no Código dos Contratos Públicos (Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro), para concursos limitados por prévia qualificação e ajustes directos. Num caso e noutro a selecção das empresas concorrentes é feita mediante o cumprimento de um conjunto de requisitos complementares à simples detenção de alvará (Decreto-Lei 69/2011 de 15 de Junho). A adesão ao SQREP das entidades adjudicantes permite o acesso automático das empresas qualificadas ao concurso, dispensando quer a evidenciação, pelas segundas, quer a verificação, pelas primeiras, do cumprimento daqueles requisitos.

A adesão ao SQREP dos diversos parceiros interessados, em particular, das entidades adjudicantes, das empresas fornecedoras de serviços e dos profissionais é voluntária, resultando do reconhecimento das vantagens inerentes.

A implementação do SQREP torna possível assegurar a qualidade das intervenções de REP, promover um sector especializado relevante para a economia, estimular a qualificação dos seus recursos humanos e contribuir para a preservação de práticas e saberes que constituem, eles próprios, um importante património. Finalmente, e não menos importante, o sistema pode contribuir decisivamente para que os grandes investimentos em REP que se perfilam nos próximos anos e décadas se traduzam em intervenções eficazes e duráveis■

1. O Decreto-Lei N.º 69/2011, de 15 de Junho, mantém a grelha classificativa anterior e introduz um conjunto adicional de "simplificações", reduzindo o quadro técnico exigido para novas inscrições.

2. São particularmente relevantes os níveis 2 a 6 do Quadro Nacional de Qualificações (Portaria n.º 782/2009 de 23 de Junho).

Figura | Esquema da sistematização dos trabalhos de cada área de actividade da reabilitação do edificado e do Património, estruturados em quatro escalões.



Região de Vans, Turquia, após abalo sísmico de 23 de Outubro de 2011.

O Sismo de Van: A Turquia não estava preparada. E Portugal?

Os residentes de Ercis e de outras cidades da região de Van, na Turquia, viram, em 23 de Outubro, muitos dos seus edifícios, alguns dos quais novos, transformados em “panquecas de betão”.

O colapso de edifícios que deveriam ter resistido ao sismo de magnitude 7,2 foi atribuído pelo primeiro-ministro turco a negligência criminosa da indústria da construção.

Na sequência de vários sismos que mataram mais de 18 000 pessoas, a Turquia impôs, há uma década, regulamentos muito mais exigentes em relação à segurança sísmica dos edifícios, mas a fiscalização tem sido nula ou demasiado permissiva, não impondo o cumprimento da lei.

E em Portugal?

Embora, na generalidade, se possa considerar que a qualidade da construção seja um pouco superior à da Turquia, temos, igualmente, o problema da ausência de uma fiscalização sistemática e eficaz. Os construtores são geralmente os promotores dos edifícios novos ou reabilitados, o que leva a que a fiscalização que compete às autarquias seja a única com que se pode contar.

No entanto, tal fiscalização está, na maior parte dos casos, ausente, contentando-se a câmara com um “atestado” passado pelos engenheiros que projectaram e dirigiram a obra. Ora, todos sabemos o que valem em Portugal os “atestados”... Além disso, há pontos fracos na nossa legislação, quanto à qualificação dos técnicos envolvidos no projecto das estruturas e na direcção

das obras. Num artigo publicado na revista “Construir” em Junho de 2010, o Eng.º Jorge de Brito chamava a atenção para as perigosas insuficiências da portaria 1379/2009, de 30 de Outubro, que regulamenta as qualificações específicas profissionais mínimas exigíveis aos técnicos responsáveis pela elaboração de projectos, pela direcção e pela fiscalização de obras, previstas na supracitada Lei n.º 31/2009, de 3 de Julho. Ao abrigo desta portaria engenheiros sem conhecimentos de engenharia sísmica, com uma suposta qualificação justificada apenas pela antiguidade, estão habilitados a assumir a responsabilidade por projectos de edifícios de grande porte. O risco é ainda maior quando se trata de intervenções de reabilitação estrutural, particularmente importantes em Portugal. Ambos os diplomas ignoram totalmente a especificidade da reabilitação, palavra que não aparece uma única vez em qualquer deles.

Saiba mais em:

http://seattletimes.nwsources.com/html/nationworld/2016617430_turkey27.html

www.gecorpa.pt/agenda_out_11_files/Comunicações/Comunicado_VCS1.pdf

www.gecorpa.pt/index2.html

REMPART

*45 anos a conservar
e reabilitar o
património francês*

*A Rempart é um
movimento associativo
francês de salvaguarda
do património.
Criado em Julho de
1966, actualmente
conta com 170 membros
que têm como objectivo
comum a vontade de
restaurar e salvaguardar
o património, assim
como trazer nova vida
ao mesmo.*

A Rempart procura reabilitar património militar, religioso, industrial e civil, bem como o património natural. Fomentando o desenvolvimento sobretudo nomeio rural, a Rempart permite a todos os cidadãos envolvidos participarem num movimento colectivo rico em experiências e conhecimento. Em 2011 as delegações locais e regionais estão a desenvolver o seu trabalho sob o tema «Missão Património».

A Rempart proporciona aos voluntários que se juntam ao projecto uma experiência devida única, desenvolvendo nas férias um programa de recuperação do património. São sobretudo jovens, de diversas nacionalidades, que aproveitam esta altura do ano para enriquecer os seus conhecimentos, conhecer o património francês e reforçar a aprendizagem linguística.

A todos os voluntários que se queiram juntar à Rempart podem consultar:

www.rempart.com

Encontros com o Património regressam à TSF

A TSF, em parceria com o IGESPAR, começou dia 29 de Outubro de 2011 a emitir a quinta série de programas dedicados a vários temas do Património.

Emitido aos Sábados entre as 12h00 e as 13h00, com reemissão entre as 1h00 e as 2h00, os “Encontros com o Património” falam de sítios com História, de paisagens e pessoas, entre o passado e o presente. Pretendem sensibilizar o público para a diversidade do Património e para a importância da sua salvaguarda.

“Encontros com o Património” ganhou em 2010 o prémio Autores (SPA) para o Melhor Programa de Rádio e duas Menções Honrosas.

Requalificação da Frente Ribeirinha da Baixa Pombalina passa para a Câmara de Lisboa

O Governo aprovou esta quinta-feira o diploma que confirma a extinção da sociedade Frente Tejo, passando assim a gestão dos imóveis do Estado confiada aquela empresa, no âmbito da requalificação urbana da Frente Ribeirinha da Baixa Pombalina e da zona Ajuda-Belém, para a Direção Geral do Tesouro e Finanças.

De acordo com o comunicado do Conselho de Ministros, “esta extinção não acarreta uma situação de vazio no plano da concretização da requalificação urbana da Frente Ribeirinha da Baixa Pombalina, pois está já definida a celebração de um protocolo com a Câmara Municipal de Lisboa com vista à cedência da posição da Frente Tejo no âmbito dos respectivos compromissos”.

Entre as competências previstas está a realização de todas as operações de requalificação urbana da Frente Ribeirinha da Baixa Pombalina, mediante a passagem de contrapartidas financeiras provenientes de projectos de concessão ou do QREN”.

Fonte: *Jornal Construir*



Portugal recebe o Congresso Internacional da Europa Nostra em 2012

A edição de 2012 do Congresso Internacional da Europa Nostra vai decorrer em Portugal entre os dias 30 de Maio e 2 de Junho.

A edição de 2012 do Congresso Internacional da Europa Nostra vai decorrer em Portugal entre os dias 30 de Maio e 2 de Junho. No mesmo ano em que se celebram quatro décadas sobre a assinatura da Convenção do Património Mundial da UNESCO, o evento, organizado em parceria com o Centro Nacional de Cultura, contará com a colaboração do GECORPA – Grémio do Património, associado da federação pan-europeia desde 1998.

Debatendo-se pela preservação e promoção do património cultural europeu, e da paisagem que lhe está associada, a Europa Nostra, presidida por Plácido Domingo, representa cerca de 250 organizações não-governamentais, 150 associações e 1500 membros individuais, totalizando a cooperação entre 50 países distintos. Para além de promoverem, em rede, o diálogo e o debate, organizando campanhas em defesa de edifícios, núcleos e paisagens em risco, constituem um importante grupo de pressão que se bate pelo estabelecimento de políticas de património sustentáveis alicerçadas em exigentes níveis de qualidade.

A programação do Congresso, que conta com o Alto Patrocínio do Presidente da República, incluirá a cerimónia de entrega, no Mosteiro dos Jerónimos, dos prestigiados Prémios União Europeia/Europa Nostra para o Património Cultural – que já distinguiu em Portugal, entre outros, o Mosteiro dos Jerónimos, o Palácio de Belém, a Diocese de Beja, a Universidade de Coimbra, o Museu, Igreja e Cemitério da Luz ou ainda, este ano, o Mosteiro de Santa Clara-a-Velha em Coimbra; a reunião do Conselho, um Fórum, dedicado a um tema a anunciar que será acolhido na Fundação Calouste Gulbenkian, a Assembleia Geral da organização no Convento de Mafra, bem como um conjunto de diversificadas visitas culturais.

O GECORPA – Grémio do Património, enquanto membro da Europa Nostra, não pode deixar de se associar a esta iniciativa de prestígio internacional colaborando quer na divulgação e organização do evento, quer através do lançamento de um número especial da revista Pedra & Cal dedicado às comemorações do 15º aniversário do Grémio que decorrem em 2012.



GECORPA na Concreta 2011

Entre 18 e 22 de Outubro, o GECORPA voltou a marcar presença na CONCRETA – Feira Internacional de Construção e Obras Públicas que decorreu na Exponor, em Matosinhos.

Nesta edição, a participação do Grémio do Património traduziu-se não só na sua representação através de um stand, como na organização do seminário “Abordagem à intervenção no Património. Como abordar técnicas tradicionais e novas tecnologias” que, no dia 19 de Outubro, reuniu no Auditório 3 cerca de 100 participantes e 12 conferencistas. Com um elevado índice de participação, a iniciativa foi considerada, unanimemente, um sucesso.

Destinado a todos os interessados e intervenientes no Património, nomeadamente arquitectos, engenheiros, conservadores-restauradores, empresas de restauro do Património e estudantes, o seminário propôs-se reflectir sobre a

opção de reabilitação a ser assumida, bem como as técnicas construtivas a usar, sejam tradicionais ou novas técnicas, num contexto em que a alteração da realidade da construção em Portugal finalmente originou um forte incremento das intervenções de reabilitação do edificado.

Sendo a CONCRETA uma feira que atrai anualmente milhares de visitantes ligados ao sector, o stand do GECORPA, com uma localização privilegiada e com o apoio dos associados Monumenta – Conservação e Restauro do Património, Ld.ª, AOF – Augusto de Oliveira Ferreira & C.ª, Lda. e CS – Coelho da Silva, S. A., cumpriu também com balanço bastante positivo o pressuposto de divulgação do Grémio do Património.

Figura | Vista da plateia e de uma comunicação no âmbito do seminário “Abordagem à intervenção no Património. Como abordar técnicas tradicionais e novas tecnologias”, CONCRETA 2011

Seminário sobre Reabilitação Sísmica dos Edifícios

Reabilitação sem contar com o risco sísmico aumenta a perigosidade!



O GECORPA – Grémio do Património, em parceria com a Ordem dos Arquitectos – Secção Regional Sul, organizou um seminário sobre Reabilitação Sísmica dos Edifícios que decorreu no dia 12 de Outubro de 2011 no Auditório da Ordem dos Arquitectos, em Lisboa. Reunindo cerca de 100 participantes provenientes de áreas distintas, o seminário propôs-se reflectir sobre o facto de, apesar do território nacional se encontrar sujeito, em maior ou menor grau, à acção dos sismos, grande parte dos edifícios existentes, em particular os mais antigos e aqueles que foram projectados e construídos anteriormente à actual regulamentação estrutural, não se encontrarem dotados de capacidade resistente suficiente para suportarem um abalo sísmico intenso.

Neste seminário foi posto em evidência que se a reabilitação de edifícios em zonas sísmicas não incluir a vertente estrutural a perigosidade associada a este tipo de evento aumenta, por duas vias: primeiro porque intervenções de reabilitação desadequadas podem enfraquecer a estrutura dos edifícios, aumentando a sua vulnerabilidade; segundo, porque a reabilitação de um edifício, além de envolver um investimento, se traduz, geralmente, numa maior concentração ulterior de pessoas e bens, aumentando a exposição ao risco sísmico.

GECORPA no SIL 2011

A 14.ª edição do SIL – Salão Imobiliário de Portugal regressou à Feira Internacional de Lisboa (FIL) entre 11 e 16 de Outubro.



Stand do GECORPA no SIL 2011

O GECORPA – Grémio do Património voltou a participar no evento através da presença de um stand em que foi dado destaque não

só às especificidades da associação como às empresas associadas que promoveram a presença no evento: Monumenta – Conservação e Restauro do Património, Ld.ª, STAP – Reparação, Consolidação e Modificação de Estruturas, S. A., SOMAFRE – Construções, S. A. e OZ – Diagnóstico, Levantamento e Controlo de Qualidade em Estruturas e Fundações, Lda. O Salão Imobiliário de Portugal decorre anualmente e atrai essencialmente visitantes profissionais dos sectores da Promoção, Bens Imobiliários, Arquitectura, Construção e Renovação, Engenharia, Automatização de casas, Consultoria Imobiliária e Administração de Propriedades.

Novo fôlego e nova imagem para o GECORPA Grémio do Património



Os objectivos que presidiram à fundação do GECORPA, até agora oficialmente designado por “Grémio das Empresas de Conservação e Restauro do Património Arquitectónico”, apresenta-se hoje com uma legitimidade e pertinência acrescidas.

A continuidade da associação e o reforço da sua presença na Sociedade são, por consequência, inteiramente justificados. Foi nesse sentido que, em assembleia-geral, foi aprovado um conjunto integrado de medidas tendentes a conferir um novo impulso ao projecto GECORPA. Foi decidido que tais medidas seriam acompanhadas pelo “refrescamento” da imagem da associação, que, em resultado, passa a adoptar a designação GECORPA – Grémio do Património. Esta evolução surgiu da necessidade de simplificar a designação

da associação e, simultaneamente, traduzir a maior abrangência da sua actividade. Em conjunto com a nova designação, a associação adopta um novo logótipo, mais simples e dinâmico.

Esta mudança assinala o início de um novo ciclo na vida do Grémio, que se propõe, entre outras acções, alargar a sua base associativa. Além de empresas exercendo a sua actividade na fileira da reabilitação do edificado e do Património, passam a poder ser sócios, não só profissionais individuais

do mesmo sector, mas também entidades públicas ou privadas, e simples cidadãos interessados na salvaguarda do Património.

Para mais informações sobre os objectivos do **GECORPA – Grémio do Património**, sobre as medidas que tem em curso com vista à sua dinamização, e, em particular, sobre as novas categorias de associados, consulte o sítio www.gecorpa.pt ou contacte o secretariado da associação através do endereço info@gecorpa.pt.

A Declaração de Princípios do GECORPA, originalmente aprovada em 1998, foi agora revista

Aprovada na Assembleia Geral de 18 de Março de 1998 e revista na Assembleia Geral de 3 de Agosto de 2011, a declaração de princípios deverá ser adoptada pelas empresas e profissionais associados do GECORPA que se dedicam à intervenção no património edificado e nos bens culturais a ele associados.

1. A preservação do património comum da espécie humana, natural e cultural, transmitido ao longo de gerações, é condição indispensável para a manutenção do habitat e da identidade das comunidades humanas. Sendo o património edificado e os bens culturais a ele associados uma das parcelas mais importantes do património cultural, cada geração tem o direito ao seu usufruto mas, também, a responsabilidade da sua salvaguarda e transmissão, nas melhores condições, aos vindouros.

2. Os construtores de hoje, organizados em empresas adequadamente qualificadas, têm um papel fundamental nas intervenções necessárias para a salvaguarda do património edificado, em colaboração com empresas e profissionais de diferentes especialidades como a arquitectura, a engenharia civil, a conservação e restauro, a arqueologia e a geologia, entre outras.

3. Estas intervenções não podem, no en-

tanto, ser abordadas pelos métodos actualmente vulgarizados pela Construção Civil e Obras Públicas, antes fazem apelo a um conjunto de saberes, aptidões e atitudes substancialmente diferente, envolvendo contenção, rigor e responsabilidade.

4. A excelência é um objectivo a perseguir em todas as intervenções no património edificado e nos bens culturais a eles associados, o que pressupõe a garantia, por parte dos agentes envolvidos pelas várias especialidades, de elevados padrões de qualidade.

5. A qualidade das intervenções exige recursos humanos qualificados e uma adequada organização empresarial, e pressupõe um constante aprofundamento e actualização do conhecimento, quer através da recuperação das artes e dos ofícios tradicionais, quer através da criação, aquisição e desenvolvimento de novas técnicas e materiais.

6. As intervenções no património edificado pressupõem actos de concepção e planeamento, envolvendo, por um lado, o estudo dos sintomas associados à sua degradação e, por outro lado, a consideração de aspectos tão diversos como os da memória, identidade e economia, de modo a chegar à definição das estratégias de intervenção a adoptar. Só depois poderão ser executadas as intervenções, seguindo a concepção e planeamento pré-estabelecidos, minimizando a improvisação e o risco de acções excessivas ou atentatórias do seu valor.

7. Os princípios definidos pelo ICOMOS – International Council on Monuments and Sites – consignados na “Carta de Veneza”, constituem, na generalidade, uma boa base orientadora e programática das intervenções de conservação e restauro do património edificado e dos bens culturais a ele associados.

Alterações ao Código dos Contratos Públicos

Erros e omissões

Limitação da responsabilidade a 10%

Antonio Jaime Martins | Advogado-sócio da ATMJ – Sociedade de Advogados, RL

a.jaimemartins@atmj.pt



No anterior número desta revista escrevemos que estava iminente uma alteração ao regime dos erros e omissões previsto no Código dos Contratos Públicos, o qual tantas reacções negativas provocou desde a sua discussão pública com as associações do sector. *Rectius*, a algumas dessas associações, porquanto outras, representativas de alguns profissionais que diariamente tem que lidar com o Código, apenas “gritaram” *quando mal estava feito*, ou seja, após a publicação em Diário da República. Mas, adiante...

Efectivamente, no caso dos erros e omissões o ditado *vox populi* aplica-se aqui com propriedade, pois, neste caso, o que *nasceu coxo jamais se endireitou*.

Foi, no entanto, necessário que viesse a Troika para “convencer” o legislador que o regime plasmado viola o direito comunitário. Na realidade, estão previstos no Código dos Contratos Públicos dois tipos de “acréscimo de trabalho” em obra, a saber: os trabalhos a mais e os trabalhos de suprimentos de erros e omissões.

O preço dos trabalhos a mais é suportado pela entidade adjudicante. O preço dos trabalhos de suprimento de erros e omissões é suportado pelo adjudicatário em 50% se eram detectáveis na fase procedimental e em 100% se o eram apenas em obra, mas no prazo de 30 dias o adjudicatário não os denunciou.

Os trabalhos a mais dependem da ocorrência de uma circunstância imprevista,

objectivamente imprevista, de acordo com critério de previsibilidade razoavelmente exigível a um decisor público. Caso contrário, não será trabalho a mais.

Já os trabalhos de suprimento de erros e omissões do projecto de execução não dependem, na formulação do Código dos Contratos Públicos (Cfr. art.ºs 376.º e sg.s), da verificação superveniente de qualquer circunstância imprevista. Muito pelo contrário, o erro e a omissão são factos de pretérito, existem *ab initio*, ou seja, desde a fase de projecto, mas só são conhecidos depois de lançado o procedimento ou mesmo em fase de obra.

Estes “acréscimos de trabalho”, sejam trabalhos a mais ou trabalhos de suprimento de erros e omissões, podem ir até 50% do valor do contrato, sendo o limite para os trabalhos a mais de 5%, na maior parte das obras, e, em algumas obras especiais (geotécnicas, marítimo portuárias e reabilitação/restauro) de 25%. O remanescente até aos 50% poderá ser imputado a erros e omissões.

Estes 50% de “acréscimo de trabalho” em obra resultaram da transposição pelo legislador português do ínsito na alínea a) do n.º 4 do art.º 31.º da Directiva 2004/18/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 31 de Março, mas a mesma foi mal transposta. A referida disposição prevê a possibilidade de serem realizados “obra e serviços complementares” que podem ir até ao limite de 50% do valor inicial do contrato, mas, ao contrário do regime plasmado na lei

portuguesa, faz depender a admissibilidade da existência destes “trabalhos ou serviços complementares” não previstos no projecto inicial e no contrato celebrado, da ocorrência de uma “circunstância imprevista”.

Ora, este requisito, como sabemos, é exigido pelo legislador português apenas para os trabalhos a mais e não para os trabalhos de suprimento de erros e omissões (cfr. art.º 370.º, n.º 1, al.s a) e b) do CCP). É esta a desconformidade com o direito comunitário.

Acresce a este argumento de desconformidade comunitária, a violação de princípios de direito do próprio ordenamento jurídico interno, porquanto responsabilizar o adjudicatário a 50 % ou 100% por erros e omissões de um projecto que não concebeu, até ao limite de 50% do preço contratual, viola o princípio da culpa na produção do dano e o da justa repartição do risco e do equilíbrio das prestações nos contratos. Alvitramos anteriormente que se corria o risco do legislador português poder “solucionar” a desconformidade com a revogação de disposições do Código que implicassem a assunção pelo adjudicatário de mais responsabilidade.

Sabemos, hoje, que o bom senso legislativo irá prevalecer, pois, a alteração que irá ser introduzida limitará a responsabilidade do adjudicatário pelos erros e omissões do projecto que não tenha atempadamente denunciado - e por “arrasto” a do projectista - a 10% (dez por cento) do preço contratual. No próximo número, deter-nos-emos mais detalhadamente sobre a alteração■

Abril

Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sab	Dom	Seg
09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30

09 a 13 de Abril 2012

1º congresso internacional de boas práticas na arqueologia
Universidade Complutense de Madrid

12 a 14 de Abril 2012

Encontro Patologia e Reabilitação de Edifícios
Santiago de Compostela

1º Congresso Internacional de Boas Práticas na Arqueologia

O primeiro Congresso Internacional de Boas Práticas no Património Mundial: a Arqueologia, propõe-se a ser um ponto de encontro sobre a gestão e o tratamento de todos os monumentos, que, pelo seu carácter arqueológico, foram declarados Património Mundial.

O Congresso está a ser organizado pela Universidade Complutense de Madrid e patrocinado pelo Conselho da Ilha de Menorca (Ilhas Baleares, Espanha), com o intuito de que aquela ilha se torne num local de referência para estudos sobre o Património Mundial da Unesco.

Informações:

<http://www.congresopatrimoniomundialmenorca.cime.es/porta.aspx?idioma=2>

4º Encontro Patologia e Reabilitação de Edifícios PATORREB 2012

O sucesso dos encontros anteriores motiva a realização do 4º Encontro sobre Patologia e Reabilitação de Edifícios - PATORREB 2012, que mantém como principal objectivo impulsionar a divulgação e sistematização do conhecimento neste domínio.

A necessidade de uma internacionalização dos temas abordados conduziu à deslocação para a cidade de Santiago de Compostela, garantindo-se um intercâmbio técnico-científico mais aprofundado e enriquecido entre Europa e a América Latina.

Pretende-se reflectir sobre o problema da patologia da construção nos seus múltiplos aspectos e como se inter-relaciona com a reabilitação arquitectónica.

A reabilitação não deve estar apenas associada ao património monumental, mas deve englobar todo o património edificado, nomeadamente os edifícios cujo tempo de utilização impõe intervenções de adaptação às exigências actuais. Este Congresso mostrará os últimos desenvolvimentos nesta área.

Informações:

patorreb2012@coag.es

Maio

Ter	Qua	Qui	Sex	Sab	Dom	Seg	Ter
01	02	03	04	05	06	07	08

04 a 05 de Maio 2012

3ª Conferência Europeia de Estudantes sobre Conservação de Objectos
Viena de Áustria

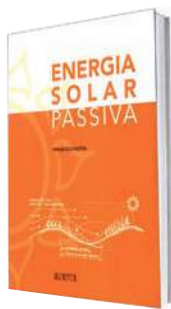
3ª Conferência Europeia de Estudantes sobre Conservação de Objectos

A 3ª Conferência Estudantil sobre a Conservação de Objectos vai ter lugar em Viena de Áustria e será organizada pela Academia de Belas Artes e pela Universidade de Artes Aplicadas de Viena. Os Estudantes de Conservação e Restauro de toda a Europa vão assim ter a oportunidade de apresentar as suas investigações e, os projectos em que estão inseridos.

Informações:

<http://sentiraarteblog.blogspot.com/search/label/Eventos%20%7C%20Events>

Energia Solar Passiva



Autor: Francisco Moita

Edição: Argumentum

Preço: € 27.00

Código: AR.M.11

Francisco Filipe de Oliveira Moita concluiu o curso de Arquitectura na Universidade de Stuttgart, Alemanha em 1976. Ao longo das últimas três décadas, tem sido um divulgador da Arquitectura Solar Passiva e da Eficiência Energética nos Edifícios, através da realização de vários artigos técnicos e de diversas conferências sobre estas matérias.

Em comentário ao seu livro, Carlos Pina dos Santos, engenheiro civil e investigador principal do LNEC, refere: "o arquitecto Francisco Moita neste seu clássico Energia Solar Passiva, agora

revisto e reeditado, é tão actual e útil como o foi à data da sua primeira edição.

E é-o por duas razões. Em primeiro lugar temos assistido à progressiva desinserção dos edifícios da realidade climática, geográfica e económica em que habitamos.

Como é referido no livro, solares são todos os edifícios, mas existe uma diferença entre o edifício que utiliza de forma controlada a energia solar e aquele que é controlado pelo sol, em detrimento do conforto térmico.

Em segundo lugar, a recente reformulação da Directiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa ao desempenho energético dos edifícios reforça a necessidade de que as medidas destinadas a melhorar esse desempenho devam ter em conta as condições climáticas e locais. Apesar do livro se reclamar de formação profissional de técnicos e estudantes, função de desempenha exemplarmente, recordo-me que a minha primeira aproximação à construção solar passiva foi feita através da sua primeira edição.

Uma boa razão para ler A Energia Solar Passiva."

Fiscalização e Acompanhamento de Obra



Autor: Daniel Coelho Maria

Edição: Rei dos Livros

Preço: € 9.90

Código:

Este livro tem como objectivo facultar informação sobre as terminologias e técnicas, entidades envolvidas, legislação, procedimentos usuais e propostos na área da -fiscalização de obra e seu acompanhamento, referindo metodologias de aplicação directa, indicando modelos de suporte. Sendo indissociável o trabalho de gabinete do trabalho na obra, pretende-se que este manual proporcione as condições para a sua preparação e desenvolvimento. Indicado para profissionais, mas também para particulares que estão envolvidos no processo construtivo.



Vilegiatura marítima em Setúbal:

Do século XIX ao início do século XX

Autor:

Inês Gato de Pinho

Edição:

Liga dos Amigos de Setúbal e Azeitão

Preço: € 10.00

Código: LASA.E.1



Reabilitar 2010

Encontro Nacional "Conservação e reabilitação de estruturas",

Lisboa, LNEC, 23 a 25 de Junho de 2010

Autor:

Vários Autores

Edição:

LNEC

Preço: € 10.00

Código: LN.A.8



Cadernos Edifícios 5

Conservação e reabilitação de edifícios recentes

Autor:

Vários Autores

Edição:

LNEC

Preço: € 27.00

Código: LN.PP.5



Keil do Amaral:

Obras de arquitectura na Beira:

Regionalismo e modernidade

Autor:

Vários Autores

Edição:

Argumentum

Preço: € 15.00

Código: AR.G.1



Terra Incognita

Discovering and preserving European Earthen Architecture

Autor:

Vários Autores

Edição:

Argumentum

Preço: € 32.25

Código: AR.M.12



Arquitectura para os pobres:

Uma experiência no Egipto rural

Autor:

Hassan Fathy

Edição:

Argumentum/ Dinalivro

Preço: € 27.00

Código: AR.M.13



Para saber mais sobre estes e outros livros, consulte a **Livraria Virtual** em www.gecorpa.pt

Faça a sua encomenda por e-mail | livrariavirtual@gecorpa | ou online na **Livraria Virtual**.

Os associados do **GECORPA** e assinantes da **Pedra & Cal** têm 10% desconto.



Assinatura anual da Pedra & Cal

4^XPromoção de 4
números da Pedra
& Cal à sua escolha

12€

Novo preço
de assinatura: **20€** Assinatura
anual de estudante: **17€**

CD-ROM Pedra & Cal



5 Anos (1998 - 2003): **10€**

Traga um novo assinante e receba
como oferta

Livro Branco sobre o futuro das empresas
de restauro do património na Europa ou o
Manual de Educação Patrimonial para
crianças.



☐ Assinatura anual de 4 números da
Pedra & Cal – € 20 (portes incluídos)

☐ Assinatura anual de estudante de 4 números da
Pedra & Cal – € 17 (portes incluídos; mediante envio de
cópia de documento comprovativo de estudante)

Assinatura a partir do n.º

Promoções

☐ “Traga um novo assinante” e receba como oferta o ☐
Livro Branco sobre o futuro das empresas de restauro

do património na Europa ou o ☐ Manual de Educação
Patrimonial para crianças.

☐ CD-ROM Pedra & Cal – 5 Anos
(1998 - 2003) € 10

☐ 4 números da Pedra & Cal à sua escolha, n.ºs
– € 12 (acrescem € 2,50 de portes de envio; promoção
válida para os números anteriores a 2009)

Boletim de Assinatura

Nome Endereço Código Postal - Localidade Telefone E-mail N.º contribuinte Actividade / Profissão

Promoção “Traga um novo assinante”

Preencha o boletim de assinatura com os dados
do novo assinante e indique aqui os seus dados:

Nome Endereço Código Postal - Localidade Telefone E-mail N.º contribuinte Actividade / Profissão

MODALIDADE DE PAGAMENTO

☐ NIB: 0033 0000 0022 8202 78305 (Agradecemos o envio
do comprovativo de pagamento por e-mail ou fax)

☐ Cheque à ordem de GECORPA, n.º ,
sobre o Banco

Os números 0, 1, 2, 4, 5, 6, 7, 13, 14, 25, 26 e 27 encontram-se esgotados.

Fotocopie este cupão e envie-o preenchido para:

GECORPA .Rua Ramalho Ortigão, n.º 3 r/c Esq.º, 1070-228 Lisboa
Fax: 21 315 79 96

E-mail: info@gecorpa.pt

GRUPO I | Projecto, fiscalização e consultoria



BETAR – Estudos e Projectos de Estabilidade, Lda.

Projectos de estruturas e fundações para reabilitação, recuperação e renovação de construções antigas e conservação e restauro do património arquitectónico.



Strutt Património, Lda.

Coordenação e gestão de intervenções em património. Gestão, consultadoria e fiscalização na área da reabilitação de edifícios e património arquitectónico. Projecto geral de reabilitação e eficiência energética na recuperação e renovação de construções antigas.



LEB – Projectistas, Designers e Consultores em Reabilitação de Construções, Lda.

Projecto, consultoria e fiscalização na área da reabilitação do património construído.



Trimétrica Engenharia, Lda.

Projectos de conservação e restauro do património arquitectónico. Projectos de reabilitação, recuperação e renovação de construções antigas.



PENGEST – Planeamento, Engenharia e Gestão, S. A.

Projectos de conservação e restauro do património arquitectónico. Projectos de reabilitação, recuperação e renovação de construções antigas. Gestão, consultadoria e fiscalização.



VHM – Coordenação e Gestão de Projectos, S. A.

Projecto geral de reabilitação, recuperação e renovação de construções antigas.



VICTOR NEVES – Arquitectura e Urbanismo, Lda.

Projectos de conservação e restauro do património arquitectónico. Projectos de reabilitação, recuperação e renovação de construções antigas. Instalações especiais em património arquitectónico e construções antigas.

GRUPO III | Execução dos trabalhos. Empreiteiros e Subempreiteiros



3M2P – Construção e Reabilitação de Edifícios, Lda.

Conservação e restauro do património arquitectónico. Reabilitação, recuperação e renovação de construções antigas. Instalações especiais em património arquitectónico e construções antigas.



Construções Borges & Cantante, Lda.

Construção de edifícios. Conservação e reabilitação de construções antigas.



Alfredo & Carvalho, Lda.

Conservação e restauro do património arquitectónico. Conservação e reabilitação de construções antigas.



CRE – Centro de Restauro, Estudo e Remodelação do Espaço, Lda.

Conservação e restauro do património arquitectónico. Azulejo, cantaria, douramento, escultura policromada, pintura de cavalet e pintura mural. Rebocos tradicionais, estuques e gessos artísticos. Serralharias artísticas, talha dourada e policromada. Vidro e vitral.



AOF – Augusto de Oliveira Ferreira & C.ª, Lda.

Conservação e reabilitação de edifícios. Consolidação estrutural. Cantarias e alvenarias. Pinturas e carpintarias. Conservação e restauro de património artístico.



CVF – Construtora de Vila Franca, Lda.

Conservação de rebocos e estuques. Consolidação estrutural. Carpintarias. Reparação de coberturas.



Atelier Samthiago, Lda.

Projecto de conservação e restauro do património arquitectónico. Conservação e restauro do património arquitectónico. Azulejos; cantarias (limpeza e tratamento); dourados; esculturas de pedra; pinturas decorativas; rebocos e estuques; talha.



EL&A - Edificadora Luz & Alves, Lda.

Conservação e restauro do património arquitectónico. Reabilitação, recuperação e renovação de construções antigas. Instalações especiais em património arquitectónico e construções antigas.



Coberplan, Lda.

Conservação e restauro do património arquitectónico. Reabilitação, recuperação e renovação de construções antigas. Instalações especiais em património arquitectónico e construções antigas.



Empripar – Obras Públicas e Privadas, S. A.

Conservação e restauro do património arquitectónico. Reabilitação, recuperação e renovação de construções antigas. Instalações especiais em património arquitectónico e construções antigas.

GRUPO II | Levantamentos, inspecções e ensaios



ERA – Arqueologia - Conservação e Gestão do Património, S. A.

Conservação e restauro de estruturas arqueológicas e do património arquitectónico. Inspecções e ensaios. Levantamentos.



OZ – Diagnóstico, Levantamento e Controlo de Qualidade em Estruturas e Fundações, Lda.

Levantamentos. Inspecções e ensaios não destrutivos. Estudo e diagnóstico.

ASSOCIADOS INDIVIDUAIS | Extraordinários

Antero Leite

Cátia Costa

Luís Figueiredo Trindade

Marcos Ribeiro Coelho Cóias e Silva

ASSOCIADOS INDIVIDUAIS | Efectivos

Aníbal Guimarães da Costa

Artur Correia da Silva

Esmeralda Paupério



In Situ – Conservação de Bens Culturais, Lda.

Conservação e restauro do património arquitectónico. Reabilitação, recuperação e renovação de construções antigas. Instalações especiais em património arquitectónico e construções antigas.



Matias & Ávilas, Lda.

Conservação e restauro do património arquitectónico. Reabilitação, recuperação e renovação de construções antigas. Instalações especiais em património arquitectónico e construções antigas.



Monumenta – Conservação e Restauro do Património Arquitectónico, Lda.

Conservação e reabilitação de edifícios. Consolidação estrutural. Conservação de cantarias e alvenarias.



NaEsteira – Sociedade de Urbanização e Construções, S. A.

Conservação e restauro do património arquitectónico. Reabilitação, recuperação e renovação de construções antigas. Instalações especiais em património arquitectónico e construções antigas.



Policon – Construções, S. A.

Conservação, restauro e reabilitação do património construído e instalações especiais.



Polioobra – Construções Cíveis, Lda.

Construção e reabilitação de edifícios. Serralharias e pinturas.



Quinagre Construções, S. A.

Construção de edifícios. Reabilitação. Consolidação estrutural.



Somafre – Construções, S. A.

Construção, conservação e reabilitação de edifícios. Serralharias. Carpintarias. Pinturas.



STAP – Reparação, Consolidação e Modificação de Estruturas, S. A.

Reabilitação de estruturas de betão. Consolidação de fundações. Consolidação estrutural.



STB – Reabilitação do Património Edificado, Lda.

Reparação e reforço de estruturas. Reabilitação de edifícios. Inspeção técnica de edifícios e estruturas. Instalação de juntas. Pintura e revestimentos industriais.

GRUPO IV | Fabrico e/ou distribuição de produtos e materiais



CS – Coelho da Silva, S. A.

Soluções integradas para revestimento de coberturas e fachadas, para reabilitação do património arquitectónico.



Tintas Robbialac, S. A.

Produção e comercialização de produtos de base inorgânica para aplicações não estruturais.



Henriques Duque, Lda.

Impressão digital sobre azulejo. Para parede interior e exterior, reprodução de quaisquer padrões, desenhos, fotos, cores ou texturas. Recuperação de património: réplicas de azulejos, azulejos novos com aspecto antigo.



Umbelino Monteiro, S. A.

Produção e comercialização de produtos e materiais para o património arquitectónico e construções antigas.



ONDULINE – Materiais de Construção, S. A.

Produção e comercialização de materiais para construção.



GECORPA
GRÉMIO DO PATRIMÓNIO

Para mais informações sobre os associados do GECORPA, as suas actividades e os seus contactos, visite no nosso

Novo Site

a rubrica “***Associados***” no nosso sítio:

www.gecorpa.pt

Fernando Manuel Carvalho Marques

Paulo Lourenço

Simão Pedro Pignatelli de Sousa Vasconcelos

Direito ao património!

José Aguiar | Arquitecto



sucessão de crises que atravessamos tem uma consequência óbvia na conservação: a falência do Estado está a conduzir a uma sistemática privatização do património afectando o direito inalienável, de todos, ao seu usufruto!

Os processos de excessiva privatização que ocorrem e as suas consequências (más) relacionam-se com a entrega da exploração de património nacional a (fortíssimas) empresas que, perante a crise económica (e laxismo do Estado), impõem projectos de autores indiscutíveis, mas que incluem - no brilhantíssimo pacote -, usos e condições programáticas danosas, adaptações que obrigam a intervenções intrusivas e irreversíveis impostas por programas incompatíveis com a conservação dos valores, dos espaços originais.

Existem outras privatizações indirectas danosas, como a apropriação, ou afectação, dos contextos dos lugares históricos, como sucede quando se constrói (por exemplo em Sevilha) uma torre de 50 pisos anulam a primazia territorial de catedrais (e da Giralda), ou com a construção de cinturas continuas de novas edificações de alto standing, convenientemente orientadas para o interior do Jardim Botânico, alterando a paisagem urbana histórica e colocando-a a seu serviço, sem que se entendam os relevantes contributos públicos e colectivos de tais projectos (mas o interesse privado, pelo contrário, é absurdamente óbvio).

Explodem projectos que não existem para servir a conservação mas sim para se servirem do que foi conservado, que não valorizam o que já tinha um relevante valor antes o reservam para abonados utilizadores, impondo um novo exclusivismo no acesso ao património. E o Estado, o que fez no decorrer deste processo? Literalmente desmontou toda a sua competência de gestão da conservação patrimonial, destruindo estruturas com 70 anos (a DGEMN) para favorecer Institutos

que já tiveram várias falências e outras tantas designações, duplicando burocracias e confundindo competências, criando uma imensa confusão que obscureceu a capacidade de decidir.

Passamos, neste processo, do negativismo sistemático - o chumbo de quase todos os projectos - para o mais absurdo dos positivismos - do "sim" a todos os polémicos projectos em património. Passamos a relevar o atomismo dos interesse particulares e regionais, impondo-os ao superior interesse da nação, comprometendo o que Portugal designou como "monumento nacional" (e, como tal, tesouro ou obra prima da nossa cultura e identidade).

Lembram-se de como, de forma quase pacífica e natural, se propunha a alteração da dominialidade pública para o património (felizmente chumbada), o que alteraria decisivamente a capacidade administrativa do Estado para gerir a afectação do património, podendo levar a processos de alienação para privados de bens de fortíssimo interesse nacional?

Ocorreram-me estas questões depois de, convidado pela Presidência da República, ter podido assistir à inauguração e verificar a extraordinária exemplaridade, a grande qualidade, do projecto de restauro da antiga residência real na Cidadela de Cascais - o agora renascido Palácio ou Residência de Verão da Presidência.

Trata-se de um projecto notável, desenvolvido e controlado com a maior das competências por funcionários e estruturas do Estado, i.e. pelo Arquitecto Pedro Vaz dos serviços técnicos da Presidência que o coordenou, com a colaboração e fiscalização em obra de toda uma série de outros técnicos do Estado (da antiga DGEMN e de outros serviços).

Esta visita deu-me a comparar a exemplaridade deste projecto da Presidência

com outro projecto que se finaliza ali mesmo ao lado, nas alterações que já podemos observar no Forte e na Cidadela de Cascais para acolher uma nova e exclusiva pousada.

A Cidadela, depois da saída dos militares, parecia ser a oportunidade de se devolver à região um extraordinário património arquitectónico, um palácio e algumas belíssimas praças, interessantes aquartelamentos e duas fortificações de diversos tempos. A Cidadela culminava Cascais com um extraordinário percurso patrimonial, que se concluiu numa lindíssima escadaria aberta sobre uma das maiores e mais impressionantes baterias de artilharia existentes em Portugal. Um palco aberto sobre o oceano, com todas as potencialidades paisagísticas de um fantástico finisterra, um último degrau fulcral para a cidade e para toda a região, tão fortemente turística. E o que ocupa hoje estes baluartes e esta fantástica e aberta bateria? Um bloco fechado e exclusivo de duas dezenas de quartos privados da futura pousada!

O problema é do projecto de Arquitectura (da autoria de um dos mais qualificados arquitectos portugueses)? Obviamente que não! O problema surgiu, mais uma vez, da aceitação pelos organismos de tutela de um programa incompatível com o fundamental interesse público do uso colectivo desses mesmos espaços (agora exclusivamente privados)!

Enfim, se pelo seu relevante valor, um bem patrimonial é classificado (Monumento Nacional, ou inscrito na exclusiva Lista do Património Mundial da UNESCO), então estamos perante arquitecturas imprescindíveis para o nosso (auto) reconhecimento identitário; deveria ser ao serviço desse superior interesse nacional que outros interesses, ou direitos, se deveriam corajosamente limitar quando colidam com o fundamental direito de acesso e usufruto, de todos, ao seu património■

CUIDADOS INTENSIVOS*



CUIDADOS INTENSIVOS*

***REABILITAR, RESTAURAR, CONSERVAR,
RECUPERAR, DIAGNOSTICAR,
INTERVENCIONAR, CONSTRUIR,
MELHORAR, REMODELAR, REPARAR,
RESTABELECEER, REINTEGRAR,
RESTITUIR, REFORÇAR, RETOCAR,
RENOVAR, CONSERTAR, SALVAGUARDAR,
PROTEGER, PRESERVAR, RECONSTRUIR,
PREVENIR, (...)**